

Relatório de Estágio do Mestrado de IPCJR

Zara Beatriz Sequeira Pinheiro Gavinhos Fontão

Monografia

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Cátia Magalhães
Professora Especialista Ana Berta Alves

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Zara Beatriz Sequeira Pinheiro Gavinhos Fontão n.º 19935 do curso Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco declara sob compromisso de honra, que o relatório final de estágio é inédito e foi especialmente escrito para este efeito.

Viseu, 12 de novembro de 2022

A aluna, Zara Fontão

Resumo

O presente relatório final de estágio descreve o trabalho desenvolvido no âmbito do estágio curricular para obtenção do grau mestre (2º Ciclo) em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, pela Escola Superior de Educação de Viseu, numa resposta de acolhimento residencial, na zona centro.

Realça-se a necessidade da intervenção com crianças e jovens em situação de risco, concretamente que estejam no acolhimento residencial, em particular no que concerne ao desenvolvimento de competências pessoais, sociais e ocupacionais. Em virtude desse desenvolvimento, irá permitir uma melhor e ajustada integração na sociedade. Ao promover estas habilidades numa criança e/ou jovem em contexto de risco, é, de igual forma, estimular fatores protetores. Daí ser crucial educar em prol das emoções e comportamentos, para que saibam sentir e saber ser, em congruência com uma sociedade e ambiente envolvente (Valente, 2020). Desta forma, terão ferramentas adequadas para conseguirem expressar as suas intenções nos comportamentos, relacionar-se de maneira saudável e não se influenciarem para um estilo de vida desajustada e/ou de risco (Mota, 2020).

No estágio em questão, este trabalho foi realizado junto de crianças e jovens em contexto de acolhimento residencial, visando o aperfeiçoamento de diversas práticas de avaliação e intervenção, procurando contribuir na resposta aos desafios e necessidades identificadas no contexto.

Palavras-Chave: Acolhimento Residencial; Crianças e Jovens em Situação de Risco; Desenvolvimento de Competências.

Abstract

This final internship report describes the work developed within the curricular internship for obtaining the Master's degree (2nd Cycle) in Psychosocial Intervention with Children and Young People at Risk, by the School of Education of Viseu, in a residential care service in the central region of Portugal.

The need for intervention with children and young people at risk, specifically those in residential care, is highlighted, particularly as regards the development of personal, social and occupational skills. By virtue of this development, it will allow a better and adjusted integration into society. By promoting these skills in a child and/or young person in a risk context, it is also stimulating protective factors. This is why it is crucial to educate for emotions and behaviour, so that they know how to feel and how to be, in congruence with the surrounding society and environment (Valente, 2020). In this way, they will have adequate tools to be able to express their intentions in their behaviour, relate in a healthy way and not be influenced towards a maladjusted and/or risky lifestyle (Mota, 2020).

In the internship in question, this work was carried out with children and young people in a residential care setting, with a view to improving various assessment and intervention practices, seeking to contribute to meeting the challenges and needs identified in the context.

Keywords: Residential Care; Children and Youth at Risk; Skills Development.

Agradecimentos

Desde já, quero genuinamente agradecer a todos os que me ajudaram, direta ou indiretamente, na conclusão desta fase tão exigente da minha vida.

Agradeço à Professora Doutora Cátia Magalhães e à Professora Especialista Ana Berta Alves pela orientação, disponibilidade e cuidado ao longo do presente estágio e elaboração do relatório. Pelo apoio e consideração face às dificuldades que surgiam pelo caminho.

Ao Dr. Filipe Trigo, enquanto supervisor no presente estágio, pelos momentos de partilha, pelos seus conhecimentos e experiências, agradeço toda a sua disponibilidade, aprendizagens, paciência e apoio nas oportunidades e desafios. Pelo incentivo a ser melhor profissional e nunca a desistir nos momentos de maior insegurança.

À Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco, um eterno agradecimento a todos os profissionais com quem me cruzei, por me terem recebido de braços abertos e possibilitarem a realização do presente estágio.

Agradeço, com especial carinho, às crianças e jovens da CIJE com quem trabalhei diariamente, por me terem aceitado, por me enriquecerem enquanto pessoa e profissional. Por terem proporcionado momentos e experiências com as quais pude crescer e aprender a olhar a vida de outra perspetiva. Guardo-as eternamente no coração.

Um especial agradecimento à Bernardete, que me recebeu e acolheu de braços abertos e calorosos. Por me ter dado a oportunidade de trabalhar em conjunto, pela paciência, carinho, disponibilidade, apoio e incentivo a fazer sempre mais e melhor.

À minha família, sobretudo aos meus pais, não haverão palavras suficientes para lhes agradecer por todo o apoio incondicional ao longo do percurso, mesmo nos momentos mais conturbados. Por motivarem a seguir os meus sonhos, nunca duvidando das minhas capacidades.

Aos meus amigos, que me têm vindo a acompanhar, por estarem presentes nos bons e maus momentos, por me apoiarem e aplaudirem nas pequenas e grandes conquistas.

Dedicatória

Dedico este relatório aos meus pais, a quem devo o mundo.

Lista de Abreviaturas e/ou Siglas

AE- Acolhimento de Emergência

AF- Acolhimento Familiar

APPACDM- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

AR- Acolhimento Residencial

CAR- Casas de Acolhimento Residencial

CAT- Centro de Acolhimento Temporário

CIJE- Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco

IAP- Investigação- Ação Participativa

IPSS- Instituição Particular de Solidariedade Social

PII- Plano Individual de Intervenção

PV- Projeto de Vida

TFM- Tribunal de Família e Menores

Índice	
Resumo.....	IV
Abstract.....	V
Agradecimentos	VI
Dedicatória.....	VII
Lista de Abreviaturas e/ou Siglas	VIII
Índice de Tabelas.....	XI
Índice de Figuras.....	XII
Introdução.....	1
Parte I - Enquadramento Teórico	2
1.1 Conceitos de Risco e de Perigo	2
1.1.1 Crianças e Jovens em Situação de Risco	5
1.1.2 Proteção de Crianças e Jovens em Perigo	6
1.2 Acolhimento Residencial (AR)	8
1.3 Desenvolvimento de Competências Pessoais, Sociais e ocupacionais	12
1.3.1 Competências pessoais: Inteligência emocional e competências de regulação emocional	15
1.3.2 Competência sociais.....	17
1.3.3 Promoção e gestão de competências ocupacionais, de tarefas diárias e de autonomia.....	18
1.4 Intervenção psicossocial em situação de acolhimento residencial	19
Parte II - Enquadramento do Contexto de Estágio	21
2.1 Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco (CIJE)	21
Parte III - Prática de Estágio no Contexto.....	26
3.1 Diagnóstico	27
3.1.1 Fundamentação do projeto	27
3.1.2 Necessidades e problemas.....	28

3.2	Planeamento	28
3.3	Implementação.....	30
3.3.1	Eixo 1: Promoção de Competências Pessoais	30
3.3.2	Eixo 2: Promoção de Competências Sociais.....	31
3.3.3	Eixo 3: Promoção de Competências Ocupacionais, tarefas diárias e de Autonomia	32
3.3.4	Eixo 4: Colaboração na elaboração de material técnico para a Instituição .	33
3.3.5	Eixo 5: Trabalho técnico	34
3.4	Avaliação	34
	Conclusão	40
	Referências Bibliográficas	43
	Anexos	47
	Anexo 1 - Folha de Horas de Estágio referente ao mês de Janeiro e Fevereiro...47	
	Anexo 2 - Folha de Horas de Estágio referente ao mês de Março e Abril	48
	Anexo 3 - Folha de Horas de Estágio referente ao mês de Maio e Junho.....	49
	Anexo 4 – Tabela de atividades de promoção de Competências Pessoais	50
	Anexo 5 – Tabela de atividades de promoção de Competências Sociais.....	53
	Anexo 6 – Horário Geral do Plano Individual de Intervenção das 3 jovens	57
	Anexo 7 – Horário individual de promoção de competências ocupacionais, tarefas diárias e autonomia [jovem de 17 anos].....	57
	Anexo 8 – Horário individual de promoção de competências ocupacionais, tarefas diárias e autonomia [jovem de 23 anos].....	58
	Anexo 9 – Horário individual de promoção de competências ocupacionais, tarefas diárias e autonomia [jovem de 18 anos].....	59
	Anexo 10 – Tabela de atividades de promoção de Competências Ocupacionais, tarefas diárias e autonomia	60
	Anexo 11 – Capa do Manual de Prevenção e Gestão de Maus Tratos	61
	Anexo 12 – Tabela dos Objetivos Gerais de Intervenção da CIJE	62

Índice de Tabelas

Tabela 1- Tabela de Observações Diretas, pág. 35

Tabela 2- Tabela de Caracterização Pessoal, pág. 37

Tabela 3- Tabela da Qualidade das Intervenções, pág. 38

Tabela 4- Tabela em Relação à Técnica/Estagiária, pág. 39

Tabela 5- Tabela de Satisfação com a Intervenção/Atividades deste estágio, pág. 39

Índice de Figuras

Figura 1- Organigrama da Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco (CIJE), pág.
26

Introdução

O presente Relatório Final de Estágio surge no âmbito do Estágio do Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Viseu. O estágio curricular decorreu na Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco (CIJE), que acolhe crianças e jovens em situação de risco, com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos, do sexo feminino.

Tendo em consideração que o estágio curricular é de proteção de crianças e jovens em situação de risco, é fundamental ter em atenção à lei base que protege o referido público-alvo. Além da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, é necessário aludir a situação que se encontra Portugal, em termos estatísticos, referente ao acolhimento residencial. Pois, dentro da totalidade de crianças e jovens caracterizadas, 74% encontram-se em regime de acolhimento (Instituto da Segurança Social, I.P., 2021).

A intervenção proposta para o estágio teve como objetivo geral intervir com as crianças e jovens acolhidas, de modo a promover um conjunto de competências consideradas relevantes para uma melhor adaptação e desenvolvimento saudável, designadamente, competências a nível pessoal, social, emocional e ocupacional, orientadas numa perspetiva do presente (tarefas de vida diárias; autonomia), mas também a longo prazo.

A estrutura do relatório consiste em três capítulos principais, o Enquadramento Teórico, o Enquadramento do Contexto e a Prática de Estágio no Contexto. Numa fase inicial serão apresentados os principais conceitos a desenvolver ao longo do relatório e, ainda, uma adequada revisão da literatura que justifica e fundamenta a intervenção realizada. Numa fase seguinte, a caracterização do contexto de estágio tem o propósito de apresentar, devidamente, a história e a caracterização do local de estágio. Por fim, no terceiro capítulo, relativo à Prática do Estágio no Contexto, reparte-se em quatro subpontos, o Diagnóstico, o Planeamento, a Implementação e a Avaliação.

Parte I - Enquadramento Teórico

Neste capítulo será feito um enquadramento teórico das necessidades identificadas e temáticas nucleares que foram alvo de intervenção ao longo do presente estágio.

1.1 Conceitos de Risco e de Perigo

Por forma, a especificar a definição dos conceitos de risco e de perigo, verifica-se que o conceito de risco está integrado na noção de perigo (Paulo, 2010).

Ramos (2008), simplifica a distinção entre ambos os conceitos. Risco refere-se a uma situação vulnerável, que ainda não atingiu/ se desenvolveu para um cenário indesejável, podendo vir a comprometer a saúde e/ou desenvolvimento pleno da criança e/ou jovem, neste caso. Além disso, Aguiar (2021) refere que o conceito de risco, pode igualmente designar-se por desadaptação.

Em contrapartida, perigo, é a eminência de concretização de uma ameaça (Ramos 2008). Assim sendo, existe a necessidade de intervenção, quando o perigo se aplica a cenários como descritos no Art.º 3.º, n.º 2 da Lei n.º 147/99, analisada mais à frente. Aguiar (2021), menciona que é difícil estabelecer uma distinção quando uma criança ou jovem se confronta com uma situação de risco ou de perigo, havendo a possibilidade de a situação adversa desenvolver para fatores indesejáveis. Ademais, Ramos (2008) afirma que “ambos os conceitos reúnem diversas condições de legitimidade e de atuação, dado que as de risco referem-se a um perigo apenas potencial para a efetivação dos direitos da criança, enquanto que as de perigo legitimam qualquer nível de intervenção” (p. 77).

Apesar de a linha de diferenciação, entre o conceito de risco e de perigo, ser bastante ténue, ambos são considerados mediante regras jurídicas (Aguiar, 2021). Neste sentido, com a necessidade de intervir mediante a situação sinalizada, os fatores de risco são determinantes para o reconhecimento de um contexto de risco ou de perigo.

Assim sendo, no que concerne aos fatores de risco, segundo Martinet (2007), estes podem ser considerados como condições e/ou elementos propícios para a

ocorrência de episódios de maus-tratos. Havendo esta correlação entre condições e/ou elementos que resultam em fatores de risco, os mesmos dividem-se em três vertentes, nomeadamente, as características individuais, parentais ou do menor, as experiências de vida específicas e, ainda, os fatores de ordem contextual. Por outro lado, conforme Schoon (2006) o conceito de resiliência é quando uma criança tem a capacidade de se adaptar ao surgimento de um constrangimento, independentemente das suas vivências e vulnerabilidade. Desta forma, surgem os fatores de proteção, que, de acordo com Fonseca (2004), são competências que permitem à criança ou jovem adaptar, melhorar ou alterar a sua resposta aos problemas predispostos a uma evolução negativa.

Posto isto, fatores de risco entendem-se por elementos, ao nível interno como externo, que interferem negativamente no desenvolvimento integral da criança e/ou jovem; em contrapartida, os fatores de proteção são os elementos aptos a resistir a situações de risco. Também por este motivo, é fundamental ter uma perspetiva multifatorial e holística sobre ambos (Felizardo, 2021; Ramos, 2008; Reis, 2009).

Tanto os fatores de risco como os de proteção subdividem-se em diferentes aspetos que devem ser tomados em consideração. O facto de a criança ou jovem ter os seus fatores, não impede que a família ou o seu ambiente envolvente, também os tenha, e tudo isto, concomitantemente, irá influenciar o desenvolvimento integral do menor (Felizardo, 2021). No que diz respeito aos fatores de risco, estes podem ter por base fatores individuais, sociais e/ou ambientais. Ainda, com base nas ideias do mesmo autor, além de ser uma via para a exclusão da criança ou jovem, possibilitam, igualmente, a instabilidade emocional como favorecem condutas desviantes. Em relação aos fatores protetores, podem ser, nomeadamente, físicos, psicológicos e/ou sociais, estes prosperam o desenvolvimento intra e interpessoal da criança ou jovem, erradicando, assim, os fatores de risco (Felizardo, 2021).

É importante ter em consideração os possíveis fatores que a criança ou jovem demonstram, pois, como já foi referido anteriormente, estes são uma das bases para a definição de estratégias de intervenção, a fim de dar resposta às necessidades (Reis, 2009). Assim sendo, por forma a simplificar em que consiste cada fator, serão expostas as características gerais referentes aos fatores de risco e de proteção, assim como os seus traços e o sistema em que se insere.

Relativamente aos fatores de risco, estes subdividem-se em quatro grandes categorias, sendo as características individuais dos pais (sistema pessoal); as características do menor (sistema pessoal); as características do contexto familiar

(microsistema) e as características do contexto social e cultural (meso/exossistema e macrosistema). Referente às características individuais dos pais, os fatores de risco podem ser os seguintes: alcoolismo/toxicod dependência; baixo autocontrolo, fraca tolerância à frustração; perturbação no processo de vinculação dos filhos; baixo nível económico/desemprego. Em relação às características do menor: vulnerabilidade; perda da figura de vinculação; baixa autoestima, instabilidade emocional, depressão; dificuldade nas relações sociais; défice de atenção, défice cognitivo, perturbação do comportamento. Os fatores de risco proveniente de características do contexto familiar, passam por: gravidez não desejada; família monoparental; família destruída; famílias com problemas socioeconómicos e habitacionais; isolamento social. A nível das características do contexto social e cultural, englobando o meso/exossistema e o macrosistema, aumenta a probabilidade dos fatores de risco aquando: reduzida rede social formal e informal; ausência de infraestruturas e saneamento básico; fraca integração social; atitudes sociais para com as crianças e/ou jovens; atitudes sociais para com as famílias; atitudes sociais em relação à conduta violenta e precaridade económica e social (Felizardo, 2021).

Acerca dos fatores de proteção, a subdivisão destes assemelha-se à subdivisão dos fatores de risco. Os fatores de proteção aumentam quando as características individuais dos pais reúnem: maturidade emocional e afetiva; capacidade de autocontrolo/ tolerância à frustração; capacidade de transmitir regras educativas. Referente às características do menor: boa vinculação com os pais; equilíbrio emocional, elevada tolerância à frustração; boa capacidade para estabelecer relações interpessoais. As características do contexto familiar, devem promover: clima educacional emocionalmente positivo e aberto; existência de regras educativas; condições habitacionais adequadas/ estabilidade económica. Por fim, não menos importante, as características do contexto social e cultural, devem integrar: disponibilidade de uma rede social de apoio extensa e variada; boa integração social na comunidade; existência de recursos para uma boa integração; políticas gerias para a família, integradas e coerentes e programas de intervenção (Felizardo, 2021).

O acolhimento residencial, ao ser uma medida de prevenção e proteção de crianças e jovens em situação de perigo, tem também a finalidade de promover o desenvolvimento positivo destas crianças, ou seja, estimulando os fatores de proteção (Instituto da Segurança Social, I.P., 2021). Será dada ênfase aos fatores protetores constituídos, sobretudo, pela resiliência. Estes, concretamente a resiliência, reflete na

capacidade de adaptação e diminuição do impacto negativo da situação de risco, com a qual a criança ou jovem é confrontada, elevando, assim, o seu desenvolvimento positivo (Felizardo, 2021; Ramos, 2008; Reis, 2009). A resiliência é promovida mediante alguns domínios, internos e externos, e engloba uma base segura, ou seja, vinculações e relacionamentos seguros; educação; autoestima; valores positivos e competências sociais, isto é, autoeficácia, autonomia, resistência à frustração, entre outros fatores (Oliveira, 2021). Ademais, ressalva-se que não é necessário conter todos os domínios para se ser resiliente.

Na medida em que estes domínios podem ser adquiridos em qualquer altura do percurso de vida do indivíduo, o acolhimento residencial surge como forma de capacitação e prevenção (Oliveira, 2021). Daí o foco neste contexto ser a prevenção irá considerar a diminuição do impacto dos fatores de risco e das competências sociais desajustadas, provenientes das vivências traumáticas.

Segundo Oliveira (2021), é sobejamente reconhecido o valor da prevenção como preferível a uma intervenção após o aparecimento de problemas. Por essa razão, devido à antecipação da prevenção, as crianças e jovens poderão alcançar a inteligência emocional e competências sociais ajustadas capacitando-as para situações de maior desafio.

De forma conclusiva, no que concerne ao desenvolvimento deste conceito, o acolhimento residencial terá um papel basilar na transformação e mudança das crianças e jovens, a nível interno, emocional, comportamental e social. O facto de a intervenção no contexto residencial acentuar em medidas preventivas e reparadoras, indo ao encontro das necessidades e especificidades de cada um, deste modo a criança ou jovem terá uma melhor adaptação e superação de acontecimentos adversos (Instituto da Segurança Social, I.P., 2021).

De seguida, serão abordados os temas mais próximos, no que concerne às crianças e/ou jovens em risco, nomeadamente, as medidas de promoção e proteção que são o principal fundamento para qualquer tipo de intervenção no presente contexto, designadamente, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e o Acolhimento Residencial.

1.1.1 Crianças e Jovens em Situação de Risco

Numa primeira instância, importa clarificar o termo “*crianças e jovens em situação de risco*”. Após uma vasta pesquisa, constata-se que o termo em questão consegue ser bastante ambíguo, por esse motivo, continua a sofrer alterações ao longo dos anos (Ramos, 2008; Reis, 2009).

Quando uma criança e/ou jovem se encontra em situação de risco, é necessário ter em consideração diversos fatores, internos e externos, referentes às necessidades do mesmo. Ou seja, o termo é aplicado quando a satisfação das necessidades básicas do menor ficam comprometidas, assim como o seu superior interesse, devido a características biológicas e/ou familiares (Reis, 2009).

Além do conceito mencionar a omissão/privação de respostas às necessidades do menor, abrange, de igual forma, situações que o possam colocar em causa, designadamente, a segurança; a saúde; a formação; a educação e, ainda o desenvolvimento saudável do mesmo (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, s/d).

Com base no que já se tem vindo a ser desenvolvido, verifica-se que o termo “*crianças e jovens em risco*” contém uma conotação socialmente negativa (Ramos, 2008). Também por consequência dos problemas e dificuldades, aos quais são expostos, em que, eventualmente, irão afetar o desenvolvimento biopsicossocial do menor, assim como, o seu futuro e ajustamento na sociedade (Fonseca, 2004 cit. por Ramos, 2008).

Concretamente, define-se uma criança e/ou jovem em risco quando a satisfação das suas necessidades básicas são colocadas em causa, pela privação ou omissão das mesmas. A intervenção deve ocorrer no momento em que a criança é sinalizada como estando em situação de risco, de forma a atenuar ou impedir que se torne numa situação de perigo (Reis, 2009).

1.1.2 Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Todas as crianças requerem proteção e atenção especial, em virtude da sua fragilidade e especificidade desta fase de desenvolvimento, e este cuidado e proteção compete em específico à família. Porém, aquando a incapacidade dos pais/família alargada, representante legal ou quem tenha a guarda de facto da criança ou jovem, os direitos e deveres destes são tomados em consideração sempre que é necessária

intervenção. Não só a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo é uma das principais linhas de orientação para uma devida intervenção, como também é necessário ter conhecimento a Convenção sobre os Direitos da Crianças, ratificada por Portugal a 21 de setembro de 1990 e assumida pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 20 de novembro de 1989 (UNICEF, 2019).

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo foi instituída com o principal objetivo de promover os direitos e proteger os menores que se encontram em situação de perigo, garantindo, assim, o seu bem-estar e desenvolvimento pleno. Entende-se por criança ou jovem, aqueles com menos de 18 anos de idade, ou, em situações excecionais, jovens com idades compreendidas entre os 21 e os 25 anos que requeiram a continuidade da intervenção, em especial, referente a processos educativos ou de formação profissional. A criança e/ou jovem é colocada em situação de risco aquando os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto, prejudiquem a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral da criança ou jovem, conseqüente de uma ação ou omissão. Considera-se que, com fundamento no Art.º 3.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, uma criança e/ou jovem está em situação de perigo, quando se encontra numa das seguintes circunstâncias:

- a) *Está abandonada ou vive entregue a si própria;*
- b) *Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;*
- c) *Não recebe os cuidados ou a afeição, adequados à sua idade e situação pessoal;*
- d) *Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou ou estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;*
- e) *É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- f) *Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;*
- g) *Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação;*

h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.

De forma a que a intervenção seja bem sucedida, é crucial seguir alguns princípios orientadores, conforme o Art.º 4.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, de modo conciso, são os seguintes: interesse superior da criança e do jovem; privacidade; intervenção precoce; intervenção mínima; proporcionalidade e atualidades; responsabilidade parental; primado da continuidade das relações psicológicas profundas; prevalência da família; obrigatoriedade da informação; audição obrigatória e participação e subsidiariedade.

Posto isto, não menos importante, todas as medidas têm o mesmo fim, promover a recuperação a todos os níveis e a reinserção social da criança e/ou jovem. Em conformidade com o Art.º 39.º, o Estado tem o compromisso de garantir que a criança ou jovem beneficie de um lugar que responda às suas necessidades básicas, que promova o seu desenvolvimento integral e proporcione o seu bem-estar (UNICEF, 2019). A recuperação e a reinserção, devem, acima de tudo, favorecer a saúde, o respeito por si próprio e a dignidade, não desvalorizando os restantes fatores que influenciam o seu crescimento saudável.

1.2 Acolhimento Residencial (AR)

Numa primeira fase, é fundamental realçar a lei que está na base do contexto em questão, na qual apenas os Tribunais de Família e Menores podem deliberar. A medida de promoção e proteção relativa ao presente relatório é a do Acolhimento Residencial (AR), notadamente, o Art.º 49.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. A sua finalidade pressupõe a colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade/instituição, que possua todas as condições necessárias, de maneira a dar resposta a todas as necessidades básicas, de bem-estar e do desenvolvimento do menor.

É de ressaltar a alínea h), equivale ao prevalectimento das medidas que integram a família, seja biológica ou de adoção, o importante é a integração familiar estável. Evidenciando, com base no Art.º 9.º da Convenção sobre os Direitos das Crianças, a

menos que se considere, pelas autoridades competentes, que os pais não atendem ao interesse superior da criança ou jovem, a mesma tem o direito de permanecer com os seus pais. Não obstante, manter o contacto é, igualmente, um direito de ambos, quando se verifica a necessidade da retirada do menor. Ademais, verifica-se no Art.º 25.º que quando uma criança ou jovem é colocada numa instituição, esta requer de uma revisão periódica do seu caso. Isto é, os Estados Pares asseguram à criança ou jovem o direito da revisão periódica assim que esta é colocada no sistema de acolhimento, da mesma maneira que as circunstâncias inerentes à mesma.

Quando se aplica a medida em evidência, é imprescindível delinear o Projeto de Vida, tal como, o Plano de Intervenção Individual da criança ou jovem, pois, embora seja uma medida de colocação, o acolhimento residencial pretende o regresso do menor à sua família de origem, ou, entre outras opções, tais como, ao seu meio natural de vida, com vista à adoção ou apadrinhamento civil. Se bem que, é essencial considerar a idade e grau de maturidade, preparação para a autonomia de vida, mas, principalmente, o superior interesse da criança ou jovem (Decreto-Lei n.º 164/2019, 2019). Segundo o Art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro, os objetivos da medida em análise, passam pelos seguintes:

- a) *Satisfação adequada das suas necessidades físicas, psíquicas, emocionais, educacionais e sociais;*
- b) *Estabelecimento de laços afetivos, seguros e estáveis, determinantes para a estruturação e desenvolvimento harmonioso da sua personalidade;*
- c) *Minimização do dano emocional resultante da exposição da criança e/ou jovem a situações de perigo;*
- d) *Aquisição de competências destinadas à sua valorização pessoal, social, escolar e profissional;*
- e) *Condições que contribuam para a construção da sua identidade e integração da sua história de vida;*
- f) *Aquisição progressiva de autonomia com vista a uma plena integração social, escolar, profissional e comunitária.*

Além da sua finalidade e objetivos, é igualmente, executada mediante princípios orientadores, a individualização; a adequação; a normalização; a participação e audição; a privacidade; a intervenção diligente; a preservação dos vínculos parentais e fraternos; a corresponsabilidade da família de origem e a colaboração institucional.

As casas de AR dispõem de diversas modalidades de integração, como se pode verificar no Art.º 51.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, partindo do pressuposto que inicialmente a integração da criança e/ou jovem no AR é planeada. O planeamento consiste, acima de tudo, a proteção e promoção dos direitos da criança e/ou jovem a acolher, posteriormente, é essencial ter em conta os seguintes parâmetros: aquando aplicável, avaliar o plano de intervenção realizado no seu meio natural de vida; a razão pela qual deu origem à sua colocação no sistema, ou seja, a situação de perigo; quais as suas necessidades específicas e que recursos e características, referentes à intervenção, que a instituição terá que disponibilizar de maneira a dar resposta.

Segundo as estatísticas do Relatório CASA 2020 (Instituto da Segurança Social, I.P., 2021), observou-se que a tomada de decisão primordial, enquanto medida de promoção e proteção, é o acolhimento residencial, em comparação com a medida de acolhimento familiar. Por este motivo, existe probabilidade de haver sequelas no desenvolvimento integral das crianças e/ou jovens que crescem em instituições de acolhimento, devido à multicausalidade de fatores de risco (Instituto da Segurança Social, I.P., 2021). Conquanto, a distinção, entre as consequências de um crescimento em instituições ou à exposição da criança e/ou jovem a eventos traumáticos, não é assegurada (Instituto da Segurança Social, I.P., 2021).

No que concerne aos dados estatísticos, verifica-se que, segundo o Instituto da Segurança Social, I.P. (2021), no Relatório Casa 2020, havia um total de 9.065 crianças e jovens caracterizadas, sendo que 6.706 destas estavam em regime de acolhimento, obtendo uma percentagem de 74%. É fundamental referir que das 9.065 crianças e jovens caracterizadas, 35% da totalidade pertence a idades compreendidas entre os 15 e 17 anos, 27% apresenta problemas de comportamento e 36.8% possui acompanhamento psicológico regular. Relativamente às distribuições por escalão etário, de género e tipo de resposta, nota-se que é a partir da adolescência até à entrada na fase adulta que se encontra a maior percentagem, isto é, dos 12 aos 20 anos a percentagem é de 66.2% da totalidade, no qual, 52.3% representa o sexo masculino e 47.7% o sexo feminino. Ressalva-se que o acolhimento residencial generalista abrange, nomeadamente, as Casas de Acolhimento Residencial, os Centros de Acolhimento Temporário (CAT) e os Acolhimentos de Emergência. A variação entra a percentagem do sexo masculino e feminino, no acolhimento residencial generalista, é mínima, sendo 50.4% e 49.6% respetivamente, ainda assim, em relação à faixa etária denota-se uma elevada discrepância, dado que dos 15 aos 17 anos constam 34%, que corresponde a

1.966 jovens. Posto isto, a grande incidência dos dados mencionados anteriormente, ocorre nas CARs com 1.586, de seguida os CAT com 353 jovens, e, por fim, 27 jovens em AE (Instituto da Segurança Social, I.P., 2021).

No que diz respeito às especificidades do acolhimento residencial, concretamente às particularidades das crianças e jovens, que foram, eventualmente, a razão pelo seu acolhimento, deteta-se que 68.6% manifesta algumas características, ao passo que 31.4% não apresenta qualquer manifestação. As características em questão passam pelas seguintes: problemas de comportamento; comportamentos aditivos e dependências; problemas de foro mental; debilidade mental; deficiência mental; doença física; suspeita de prostituição; acompanhamento pedopsiquiátrico/psiquiátrico regular e acompanhamento psicológico regular. É, novamente, nas idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos que se encontra maior percentagem quanto às características particulares, havendo preponderância nos problemas de comportamento, não desvalorizando os restantes. Ainda assim, cerca de 35% da totalidade das crianças e jovens acolhidas, isto é, 2.471 destas, usufruem de acompanhamento psicológico regular (Instituto da Segurança Social, I.P., 2021).

Além das características particulares de cada criança ou jovem, episódios externos podem, de igual forma, ser a razão para a colocação do menor no sistema de acolhimento. No relatório em análise, estão categorizadas cinco situações, se bem que serão colocadas em questão apenas duas, concretamente a negligência e os maus tratos psicológicos. Primeiramente, a negligência alberga diversas ocorrências, tais como, a falta de supervisão e acompanhamento familiar; a nível da educação, assim como da saúde; exposição a modelos parentais desviantes e relativo ao comportamento de risco por parte da criança ou jovem. De seguida, o mau trato psicológico entende-se por exposição a violência doméstica; rejeição ativa; exercício abusivo da autoridade; depreciação e humilhação; ignorar (forma ativa); ameaça; privação social e corrupção. Portanto, 57% diz respeito à falta de supervisão e acompanhamento, sendo estas umas das situações de perigo que deram origem ao acolhimento (Instituto da Segurança Social, I.P., 2021).

Ademais, a pandemia do COVID-19, levou a que várias famílias, já vulneráveis, sentissem a falta de apoio, a vários níveis, o que conseqüentemente, levou a que houvesse um aumento de crianças e jovens em situação de AR (Peet & Teh, 2020 cit. por Esculcas, 2021)

À vista disso, evidencia-se a importância da promoção da inteligência emocional, assim como as competências que desenvolvem a mesma, no contexto em questão, pois, mediante os dados apresentados corrobora-se que as perturbações de desenvolvimento e do comportamento têm maior prevalência, em comparação com as restantes características particulares (Goulart, 2022). Uma vez que, grande percentagem pertence a perturbações de desenvolvimento e do comportamento, irá comprometer a saúde infantil, tal qual o futuro da criança ou jovem. Por conseguinte, mesmo quando a institucionalização é de curto ou longo prazo, terá repercussões, maioritariamente, negativas, seja para a própria criança ou jovem, como para a sociedade.

1.3 Desenvolvimento de Competências Pessoais, Sociais e ocupacionais

O desenvolvimento de competências pessoais, sociais e ocupacionais em contexto de acolhimento residencial tem a sua importância por serem consideradas como fatores de proteção para estas crianças e jovens que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, para um desenvolvimento integral saudável, assim como uma integração e adaptação ajustada na sociedade (Carvalho et al., 2019). Ainda, estas competências ao serem estimuladas e, por conseguinte, desenvolvidas, irão promover diversas áreas na criança e/ou jovem, a título de exemplo, a capacidade de lidar e gerir episódios adversos e situações de stress (Valente, 2020).

Prosseguindo com os fatores de proteção, em específico, de maneira a que uma criança ou jovem em situação de perigo os adquira, é preciso que desenvolva competências pessoais e sociais. Estas competências são uma via para a maturação, tal como para um devido ajustamento e integração na sociedade (Soares, 2022).

O conceito de competências equivale à capacidade de adaptação a tarefas de desenvolvimento, isto é, a capacitação em estimular e sistematizar as respostas de forma ajustada, e a nível cognitivo, comportamental e comunicativo. Além disto, é basilar que estas respostas vão de encontro às necessidades individuais de desenvolvimento de cada um (Freitas et al., 2011).

Oliveira (2021) refere que as competências em vista sejam multidimensionais, bidirecionais, dinâmicas e contextuais. A vertente multidimensional refere-se ao funcionamento cognitivo, afetivo e comportamental; a componente bidirecional, concerne ao ajustamento pessoal e social. Ainda, a vertente dinâmica diz respeito à mudança da criança e/ou jovem, devido ao confronto com novos desafios e tarefas de desenvolvimento; por fim, o contextual é quando surgem novas oportunidades e aprendizagens, proporcionais por situações ou contexto onde se insere.

Como já foi mencionado anteriormente, alguns domínios fundamentais para a inteligência emocional estão integrados nas competências pessoais e sociais. Expondo, agora de forma pormenorizada, na dimensão das competências pessoais, sucede, por exemplo, o autoconhecimento, a autorregulação e a motivação (Rocha & Sá, 2022). Relativamente às competências sociais, aponta-se, por exemplo, a empatia e as competências sociais (Rocha & Sá, 2022). Ademais, não são apenas as competências pessoais e sociais que são cruciais para o desenvolvimento integral e ajustamento social de uma criança ou jovem em perigo, acresce as competências académicas, afetivas, entre outras, que são trabalhadas, de maneira impercetível, à medida que se vai desenvolvendo e promovendo as competências anteriormente mencionadas.

Quanto às competências ocupacionais é fundamental desenvolver e promover, de igual forma que as competências pessoais e sociais, envolvendo tarefas diárias e a autonomia. Segundo Rodrigues (2022), entende-se por promoção e gestão de competências ocupacionais, tarefas diárias e autonomia, quando se fomenta e motivam as crianças e jovens na realização das tarefas domésticas e tarefas de gestão financeira, por exemplo. Ainda, pelas ideias do mesmo autor, é através dos objetivos desta competência que se estimula a individualidade das crianças e jovens, por serem aprendizagens de competências básicas, que permitem uma melhor integração social e nova perspetiva de vida. Assim sendo, encaminha as crianças e jovens para um crescimento autónomo mais adequado, ajustado e correto, considerando as necessidades de cada uma.

À semelhança do que se tem vindo a verificar em relação às competências, inteligência emocional e regulação emocional, estes conceitos estão interligados, assim sendo, precisam de ser trabalhados e desenvolvidos em conjunto, a fim de atingir um resultado mais positivo. Conquanto, se uma criança ou jovem não tiver uma base forte,

segura e positiva ao longo do seu crescimento, com principal foco na sua infância, esta, certamente, não será capaz de os desenvolver por si, pois não tem exemplo a seguir (Almeida, 2020).

Salienta-se que a situação pandémica interferiu com a aquisição ou desenvolvimento de competências pessoais e sociais, que se tem vindo a ser referido ao longo do presente relatório. O maior obstáculo sentido foi a privação de contacto com a família, amigos e outras figuras de referência (Esculcas, 2021). Esta ausência de contactos pode ser a causa para o aumento de comportamentos de risco neste contexto, pois está relacionada com o aumento de sintomatologia depressiva, baixa autoestima, ansiedade e stress emocional nas crianças e jovens (Esculcas, 2021).

Assim sendo, a medida de promoção e proteção de acolhimento residencial, já abordada acima, é o contexto indicado para o estímulo e desenvolvimento positivo, tanto da criança ou jovem como dos fatores em questão e, ainda, a possível correção da ausência de competências devido ao seu historial de vida até então (Rodrigues, 2022). O acolhimento residencial é visto como uma oportunidade para o sucesso de transformação destas crianças ou jovens, daí o enfoque do presente relatório de estágio e aplicação de estratégias de intervenção, ter sido neste âmbito (Instituto da Segurança Social, 2021).

Por forma a estreitar a informação que se tem vindo a expor neste ponto, por fim, não menos importante, as aptidões intra e interpessoais da criança ou jovem, sendo estas das bases principais, seja nas competências pessoais e sociais, como na inteligência emocional e regulação emocional.

A aptidão intrapessoal, como o nome indica, intra provém de si, isto é, aquando a capacitação de uma criança ou jovem, neste caso, de reconhecer e identificar as suas próprias emoções e sentimentos, com o intuito de se conseguir adaptar e controlar os seus comportamentos (Almeida, 2020; Mendes, 2021). O intrapessoal é alusivo à personalidade e identidade do indivíduo. Por outro lado, a aptidão interpessoal é a relação que temos com o outro, estando desta forma associado à empatia, ou seja, é a habilidade de entender e cooperar com o que os outros estão a sentir (Almeida, 2020). Tendo sempre em consideração as necessidades individuais e/ou dos outros, assim como, à situação exposta (Instituto da Segurança Social, 2021).

O acolhimento residencial intervém de modo a que a criança ou jovem desenvolva e estimule as suas aptidões, novamente, as competências inter e intrapessoais estão correlacionadas (Soares, 2022). O processo interpessoal só avança se o processo intrapessoal estiver suficientemente estável, ou seja, o próprio processo de autoconhecimento e construção pessoal da criança ou jovem deve encontrar-se sólido e organizado, de forma a poder haver total disponibilidade para suportar as diferentes dimensões na vida (Almeida, 2020).

Visto que a aptidão interpessoal é a relação com os pares, não compete apenas à criança ou jovem saber relacionar-se com os outros, pois esta aptidão será fruto das experiências, a nível emocional, que as interações proporcionam, por outras palavras, é necessário que os outros também saibam relacionar-se de forma ajustada, transpondo um bom exemplo. Bower (s/d cit. por Mendes, 2021) afirma que é importante atender a três pontos de vista, nomeadamente, a eficiência intrapessoal da criança ou jovem, o comportamento oriundo dos pares e o efeito que terá na criança ou jovem e no seu comportamento, negativo ou positivo.

De maneira sucinta, as crianças e jovens deparam-se com distintas situações e vivências nas quais, na eventualidade, transmite sensações positivas, como negativas. Por esta razão é vital, no acolhimento residencial, haver um comprometimento em estimular e desenvolver as competências que se tem vindo a tratar. Consequentemente, as crianças e jovens saberão identificar e lidar com ambas as sensações, com o propósito de conseguirem reagir e comportar de forma ajustada à ocorrência (Almeida, 2020; Vala, 2019).

1.3.1 Competências pessoais: Inteligência emocional e competências de regulação emocional

A inteligência emocional (IE) e a regulação emocional (RE) são dois conceitos que estão interligados, conquanto a RE é uma componente derivada da inteligência (Almeida, 2020; Mendes, 2021).

Primordialmente, a definição de emoção é essencial, para posteriormente elucidar e compreender o que é a inteligência emocional e a regulação emocional. A definição do conceito emoção pode ser bastante abrangente, pelo facto de existirem variadas emoções, ainda assim, são estas que, de certa forma, condicionam o estado psicológico e biológico de um indivíduo. Uma vez que uma emoção é uma experiência íntima, vivida pela própria pessoa, muitas vezes não é acessível transcrever concretamente o significado desta, mesmo que, cada pessoa sente e expressa a emoção à sua maneira. Pode-se afirmar que as emoções se congregam em dois grupos particulares, não obstante se fundem entre si. As emoções básicas, caracterizam-se como inatas, sendo base para as emoções secundárias. Estas são constituídas por quatro elementos, a alegria, a tristeza, o medo e a raiva, ainda que, outros autores definam mais elementos. Por sua vez, as emoções secundárias são um procedente das básicas (Mendes, 2021; Rocha & Sá, 2022).

Conforme Gardner (1993, 2005), a inteligência emocional reparte-se em duas vertentes, a inteligência emocional interpessoal, que é a aptidão empática de reconhecer e perceber os sentimentos dos que nos rodeiam, e a inteligência emocional intrapessoal, que consiste na capacidade de identificar, gerir e lidar, da melhor forma, com as próprias emoções, assegurando que estas trabalhem a seu favor, assente na situação confrontada, tal como as necessidades provenientes. Relativamente à regulação emocional, corresponde à habilidade de dominar, de maneira consciente, as emoções que, conseqüentemente, regem comportamentos e tomadas de decisões na vida (Mendes, 2021; Vala, 2019).

A inteligência emocional não se cinge apenas à capacidade de identificar e gerir da melhor forma as nossas emoções e as dos outros é, concomitantemente, a habilidade de combinar a emoção com a razão, pois estes dois fatores trabalham e influenciam-se mutuamente (Rocha & Sá, 2022; Vala, 2019). Ter inteligência emocional e, por sua vez, regulação emocional é sinónimo de ser capaz de se relacionar e socializar com os outros, em contrapartida, nas crianças e jovens em situação de perigo, por norma, há ausência de inteligência emocional e regulação emocional (Rocha & Sá, 2022). Freitas (2012) afirma que, em conjunto com outros autores, após diversos estudos, os adolescentes confrontam certas problemáticas devido à privação de competências emocionais e sociais (Rocha & Sá, 2022). Destarte, as crianças e jovens com vivências desadequadas são, tendencialmente, socialmente desajustadas e não se

sentem bem consigo mesmas. Ademais, Damásio (2005) menciona que o percurso de vida irá interferir no processo emocional, isto é, considerando a situação exposta, neste caso, a criança ou jovem irá reagir/lidar emocionalmente de acordo com a sua experiência de vida (Vala, 2019).

No que concerne à regulação emocional, esta carece, principalmente, que a pessoa se conheça a si mesma, ou seja, tenha um autoconhecimento emocional. Para mais, é essencial conter, pelo menos quatro competências, nas quais, a autorregulação, a motivação, a empatia e saber gerir relacionamentos. Estas capacidades são consideradas como fatores de proteção para o desenvolvimento saudável e futuro bem sucedido, mais para uma criança ou jovem que se encontra em situação de acolhimento residencial (Silva, 2019).

Por este motivo, estas competências devem ser trabalhadas desde cedo numa criança ou jovem, pois quanto mais cedo conseguirem desenvolver inteligência emocional e, por conseguinte, a regulação emocional, permite-lhes que aprendam a reconhecer as suas emoções e as dos outros, promovendo e facilitando a sua relação e integração na sociedade (Vala, 2019), .

1.3.2 Competência sociais

O conceito de competências sociais compreende-se pela capacidade que a criança, neste caso, tem de atingir os seus objetivos referentes à vida social. Por outras palavras, refere-se à resiliência e habilidade que a criança detém, havendo o intuito de se adaptar aos diversos meios envolventes, relacionar-se com os outros e na adequação dos comportamentos face às situações expostas (Mota, 2020).

Segundo Mota (2020), as competências sociais adquirem-se através de aprendizagens desde o nascimento, pois, desde muito cedo que as crianças interpretam os sinais sociais, isto é, todo o contexto envolvente contribui para o desenvolvimento da competência em questão.

As competências sociais, devidamente ajustadas, são fundamentais para um desenvolvimento saudável das crianças, visto que trespassa mediante comportamentos. É necessário ter em consideração a competência em vigor,

principalmente tendo conhecimento do contexto, no qual se insere a criança, e a influência que teve no crescimento da mesma. Entende-se um comportamento social, conforme as regras sociais e valores morais, como assertivo, quando é adequado à situação exposta, assim como ao contexto em que se insere. Como resultado, as interações têm o objetivo de satisfazer as necessidades da criança e/ou jovem (Mota, 2020).

Em contrapartida, tendo em conta que se trata de crianças e jovens em situação de risco, quando estas são confrontadas com situações adversas, os comportamentos adotados podem, eventualmente, não ser os mais corretos, devido ao ambiente em que se encontravam. Silva (2019) afirma que a ausência da promoção das competências sociais pode provocar comportamentos de risco na criança, a título de exemplo, o isolamento social, a ansiedade, a falta de autoestima, entre outros.

Posto isto, decerto que é essencial investir na promoção, gestão e desenvolvimento das competências sociais, por estas serem o reflexo, seja a nível interpessoal como intrapessoal da criança, havendo o acréscimo de muitas vezes, retratar o ambiente e contexto em que se enquadram (Ramos, 2008; Reis, 2009). Pretende-se que as crianças e jovens consigam integrar-se corretamente na sociedade, o acolhimento residencial deve providenciar uma intervenção que enriqueça o comportamento social adequado das mesmas (Instituto da Segurança Social, 2021).

1.3.3 Promoção e gestão de competências ocupacionais, de tarefas diárias e de autonomia

A gestão de competências ocupacionais converte-se, de igual modo que as restantes competências já desenvolvidas, num adequado ajustamento social, profissional e/ou académico, como também num desenvolvimento da autonomia da criança ou jovem, que se encontra em situação de acolhimento residencial (Valente, 2020).

De maneira concisa, resulta no apoio que é prestado à criança e/ou jovem, principalmente a nível escolar, havendo casos que idênticamente é a nível profissional, nas idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos e estejam ao abrigo da medida em

questão. Assim sendo, processa-se uma devida inclusão e integração social, mediante as oportunidades que surgem, com o intuito de motivar a escolhas com resultado positivo nos Projetos de Vida dos jovens. Esta dimensão incorpora um conjunto de mecanismo, através dos quais os indivíduos aprendem a identificar relações próximas entre os seus objetivos e a forma como os atingir, alcançando um acesso e controlo mais amplos sobre os recursos (Instituto da Segurança Social, I. P., 2021).

Neste setor pretende-se encorajar a preparação para a transição para a vida adulta, alcançando assim a autonomia e independência do jovem, aquando cessação da medida de promoção e proteção (Instituto da Segurança Social, I. P., 2021). Tendo sempre em consideração o PV do jovem, os objetivos terão, por sua vez, de ir ao encontro dos objetivos previamente delineados (Instituto da Segurança Social, I. P., 2021). Não obstante, que estes possam vir a sofrer alterações, ao longo do período de acolhimento, em concordância com o interesse superior do jovem.

A gestão de competências ocupacionais, visa, igualmente, atenuar os efeitos negativos que esta transição possa, por ventura, provocar nos adolescentes. Em conformidade com Rodrigues (2022), a saída da instituição, por muitas vezes causa frustração, medo, angústias e sofrimentos, à conta da confrontação com o mundo desconhecido.

Estas competências foram desenvolvidas e promovidas paralelamente, pois todas elas complementam-se e integram-se, de uma maneira geral, nas competências da vida. Importa referir que, independentemente de serem estimuladas áreas específicas, todas elas acabam por se relacionar, isto é, as competências pessoais e sociais estarão sempre presentes em cada qual.

Quando é implementada uma devida intervenção, ao estimular as seguintes áreas, permite-se que as crianças e jovens tenham uma perspetiva mais confiante e positiva em relação à sua vida, assim como o seu futuro, obtendo, conseqüentemente, um resultado com maior sucesso (Calmeiro, 2008 cit. por Freitas et al., 2011).

1.4 Intervenção psicossocial em situação de acolhimento residencial

Tendo em consideração a história de vida das crianças e/ou jovens que se encontram em situação de acolhimento residencial, denota-se que pode ser mais propício o aparecimento de dificuldade no desenvolvimento de competências de gestão emocional (Oliveira, 2021; Soares, 2022; Vala, 2019).

Uma das bases para o desenvolvimento do Homem e capacitação de construir relações sociais, são as emoções, pois estas permitem a sobrevivência do mesmo e o equilíbrio (Belzulg, 2010 cit. por Vala, 2019, p. 14). A promoção de competências e o desenvolvimento da inteligência emocional evidenciam a importância que revelam no desenvolvimento completo e saudável das crianças e/ou jovens, em particular, em contextos de acolhimento residencial (Oliveira, 2021). De acordo com os autores previamente abordados, comprova-se que a promoção de competências, a nível geral, internas, assim como externas, ajuda na identificação de estratégias, de forma a saber lidar com as situações nas quais são confrontadas no seu dia-a-dia, diminuindo, assim, o risco de desajustamento.

De forma minuciosa e sucinta, as aptidões trabalhadas dentro de cada competência são as seguintes, de acordo com os autores. Baptista e Paulino (2021) referem que as competências profissionais consistem na: planificação de tarefas e a gestão do tempo para as mesmas, assim como na aquisição de ferramentas para as desenvolverem; tomada de decisão e a articulação/cooperação no trabalho em equipa, isto é, responsabilidade pessoal e grupal; resolução de problemas e mediação de conflitos. Ainda, Martins et al. (2016, as cited in Baptista & Paulino, 2021) e Sabino (2019, as cited in Baptista & Paulino, 2021) propuseram as seguintes competências pedagógicas: capacidade de interação e relacionamento; sentido de equidade e justiça.

Assim sendo, é crucial investir na intervenção e programas de prevenção, com o objetivo de proporcionar experiências reparadoras, principalmente nas crianças e/ou jovens com vivências traumáticas, oferecendo um progresso bem sucedido. Para mais, a intervenção psicossocial, mais uma vez, consiste na implementação de estratégias de prevenção, daí os planos de intervenção individuais, nas crianças e jovens em situação de acolhimento residencial. Uma vez que é um trabalho conjunto, entre criança/jovem, família e comunidade, a participação ativa da criança e da família na construção de um plano de intervenção deve ser incentivada, associando-se a melhores *outcomes* (Barradas & Marques, 2021).

Uma vez que, enquanto sociedade, atravessámos confinamentos devido à pandemia do COVID-19, o quotidiano, denominado por “normal”, foi colocado em

suspenso, provocando angústia, solidão e tédio, nas crianças e jovens em situação de AR, de acordo com os estudos. Fundamentando, no estudo elaborado por Valasques e Santos (2020), os jovens afirmam que o stress emocional foi onde sentiram maior impacto negativo, provocado pelo distanciamento social e a interrupção das atividades letivas. O facto de terem sido impostas inúmeras restrições e apreensões, para segurança de todos, gerou o medo, a ansiedade e a inquietação, sendo estas grande parte das sensações pronunciadas pelas crianças e jovens. Mesmo assim, a par da situação à qual se viam confrontados, assumem que se sentiam protegidos e em segurança ao estar na instituição, obrigando, de certa forma, a reforçar laços com as pessoas com quem vivem, nomeadamente, criança/jovem-criança/jovem e/ou criança/jovem-adulto. Todavia, a falta de liberdade e individualidade por parte deste público, prevalece com maior peso, trazendo, na eventualidade, maiores consequências emocionais (Valasques & Santos, 2020).

Parte II - Enquadramento do Contexto de Estágio

O estágio realizado na Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco (CIJE), teve a orientação das Prof.^a Doutoras Cátia Magalhães e Ana Berta Alves, em colaboração com o supervisor e cossupervisora Dr. Filipe Trigo e Dr.^a Rita Coelho, na devida ordem, psicólogos na instituição.

De ora em diante, o foco será a identificação e a caracterização do local de estágio. Também será feita uma apresentação do público-alvo e dos profissionais, assim como as necessidades identificadas.

2.1 Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco (CIJE)

A cidade de Castelo Branco é capital de distrito, pertencente à Região Centro, NUTS II, Beira Baixa, NUTS III, e sub-região Beira Interior Sul. A capital de distrito é rodeada, aproximadamente, pela fronteira de Espanha, e pelas capitais de distrito de Guarda e Portalegre. Os municípios que se encontram à sua volta são, nomeadamente, a norte, o Fundão; a leste, a Idanha-a-Nova; a sul, a Espanha, a sudoeste, a Vila Velha

de Ródão e a oeste, a Proença-a-Nova. Relativamente às freguesias, Castelo Branco integra 19 no seu distrito. Ainda, em conformidade com os Censos (2021), cerca de 52.291 indivíduos reside na cidade de Castelo Branco.

A Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco (CIJE), inaugurada por Guilhermino de Barros, em 1866, com o nome de Asilo Distrital de Castelo Branco, desde sempre com o objetivo de acolher crianças, na altura órfãs, de ambos os sexos. Todavia, foi em 1975 que a instituição passou a ser denominada de Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco, adiante CIJE, mantendo o seu propósito de dar resposta a crianças e jovens desprotegidas, conquanto doravante apenas do sexo feminino (Tavares, 2016).

A CIJE é uma IPSS, sem fins lucrativos, que acolhe crianças e jovens dos 3 anos aos 18 anos de idade, havendo exceções em que a jovem pode prorrogar a medida ficando na instituição até aos 25 anos. A instituição de acolhimento residencial rege-se por um regime aberto, em que se dedica a providenciar às crianças e jovens a sensação e experiência mais próxima de um modelo familiar saudável. O seu desempenho conta com o desenvolvimento biopsicossocial, a autonomização e integração, seja na sociedade como na vida ativa das acolhidas. Ainda, possui como princípios gerais, nomeadamente, a família, a corresponsabilidade, a igualdade, a inserção social e a proteção dos direitos das crianças e/ou jovens vulneráveis. Estes vão ao encontro com a visão da CIJE, que consiste, identicamente, na proteção dos direitos e deveres das crianças e jovens, tendo o intuito de proporcionar uma inclusão plena na sociedade. A base da sua missão passa pela educação e socialização, para a autonomização e desenvolvimento pleno da criança e/ou jovem, em que as capacidades são estimuladas de forma a haver um desenvolvimento biopsicossocial. As estratégias, definidas e redefinidas, têm o objetivo de dar resposta às problemáticas identificadas e, ainda, para que a missão tenha uma implementação bem sucedida no contexto (Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco [CIJE], s/d).

No que concerne ao espaço físico da CIJE, esta tem à sua disposição um espaço bastante amplo. Primeiramente, à entrada encontra-se uma pequena sala mais resguardada, denominada por “Sala das Emoções”, que serve para quando as crianças ou jovens recebem visitas e requerem alguma privacidade, ou até para momentos em que precisam de estar só. De seguida, localizam-se os gabinetes dos serviços gerais, em específico, as assistentes sociais, os psicólogos e o gabinete da Diretora. A cozinha, a zona do refeitório e a sala de convívio situam-se parcialmente juntas, além de que é

na sala de convívio que se realizam as assembleias em conjunto com as crianças e jovens. A sala de convívio, por seu lado, dá acesso ao pátio, assim como, ao campo de futebol e pequena horta, que está ao dispor de toda a gente. Numa pequena edificação à parte, situa-se a secretaria, o atelier de cozinha, o atelier de beleza e a sala de jogos, sendo este um espaço proveitoso para diversas funções, por exemplo, a realização de atividades e arrecadação do respetivo material.

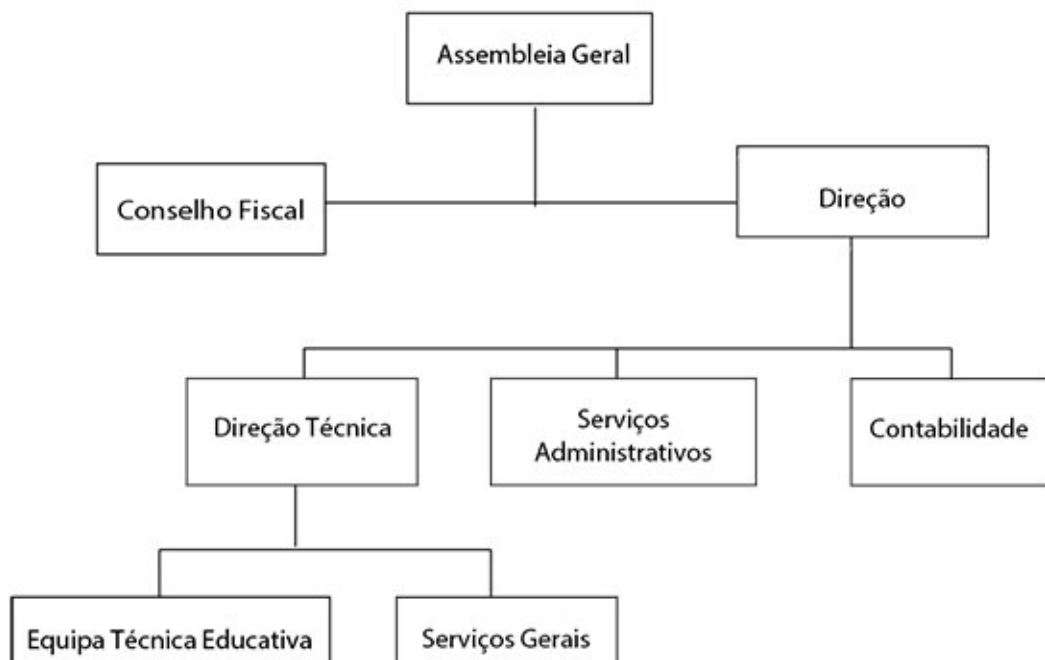
Estreitando a descrição do espaço físico da CIJE, antes de passar para o detalhe de como as crianças e jovens estão distribuídas, importa referir que a casa tem uma sala para a educadora social, onde se realizam algumas atividades, elaboração de materiais, momentos de reflexão e/ou de apoio às acolhidas. Inclusive, a professora usufrui de uma sala para si, tal-qualmente, para dar apoio, individual ou em grupo, às crianças e jovens, principalmente em atividades curriculares/extracurriculares. Para mais, além do apoio facultado pela professora, é na sua sala que decorrem os ensaios do coro, sendo esta uma atividade instituída no plano de atividades da CIJE.

Relativamente à distribuição das crianças e jovens, estas dividem-se por grupos, tendo em consideração as responsabilidades para as quais estão aptas, em conformidade com as capacidades e necessidades individuais de cada uma. As acolhidas repartem-se por cinco grupos, nomeadamente, um para as mais novas, Grupo1; um orientado para as adolescentes, Grupo3 de semiautonomia; dois de autonomia, Grupo4 e Grupo5; e um, excecionalmente, para confinamento, aquando uma criança e/ou jovem testa positivo à COVID-19, Grupo2. Pormenorizado, é no Grupo1 que se encontra o quarto de acolhimento, que é um quarto temporário, antes de se verificar em que grupo a recente acolhida se justifica inserir. Importa salientar que os Grupos 4 e 5 destinam-se, principalmente, às jovens maiores de 18 anos, que decidiram prolongar a medida, ou que estejam perto de atingir a maioridade, havendo casos excecionais.

Em relação aos recursos humanos que constituem a CIJE, esta contém em média 20 trabalhadores. A equipa é composta pela Assembleia Geral; Conselho Fiscal e Direção; um Contabilista, Serviços Administrativos, uma Diretora Técnica; os Serviços Gerais integram duas Assistentes Sociais, um Psicólogo fixo e uma Psicóloga em estágio profissional; por fim, não menos importante, a Equipa Técnica Educativa, formada, principalmente, por uma Educadora Social e uma Professora. O organograma da CIJE representa-se da seguinte forma mediante a figura 1:

- Figura 1

Organigrama da Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco (CIJE)



Nota. Copyright by Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco [CIJE], s/d.

Posto isto, atendendo que a CIJE é uma IPSS sem fins lucrativos, esta necessita de apoio e articulação com outras instituições. Assim sendo, para garantir o seu bom funcionamento, particularmente, a Segurança Social, a Câmara e a Junta de Freguesia de Castelo Branco, são os principais apoios financeiros, contanto também com a contribuição de associações e empresas. Ademais, no que concerne a articulação com a mesma, a APPACDM, por exemplo, é uma das entidades que trabalha em conformidade com a CIJE.

Uma vez já feita a identificação e caracterização da instituição, o enfoque adiante será a caracterização social e as necessidades identificadas que se associam. Atualmente a CIJE acolhe 20 crianças e jovens, entre os 6 anos e os 23 anos de idade.

Mediante uma observação, previamente realizada, priorizou-se a intervenção no domínio da importância da gestão emocional das crianças e jovens em acolhimento residencial.

A medida de acolhimento residencial tem a finalidade de entregar a crianças ou jovem aos cuidados de uma entidade/instituição que reúna condições para dar resposta às necessidades básicas da mesma. “As crianças e jovens que beneficiam destas respostas começaram a ser descritas como tendo dificuldade emocionais e do comportamento. Ou seja, dificuldade em gerir as suas próprias emoções e o seu comportamento” (Casa Pia de Lisboa, I.P., 2015, P.16).

Com problemáticas preeminentes, identificam-se duas, das quais são o foco para a devida intervenção dos profissionais. Especificamente, a entrada tardia no contexto de acolhimento, dificultando por sua vez a intervenção, e no que diz respeito à escola. A segunda problemática mencionada, trata-se, em concreto, da falta de estímulo e motivação, assim como, da integração e sucesso escolar, que eventualmente dá origem ao absentismo escolar.

De modo a atenuar os obstáculos apresentados, a instituição estipulou, como estratégias de combate, diversas atividades, porém, exclusivamente, direcionado ao bom desempenho e interesse escolar pretende, entre outras:

- Elaborar Planos Individuais de Trabalho, em colaboração com a escola, dirigido a crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais;
- Uma vez que, a casa integra uma professora, o objetivo é dispor de apoio pedagógico, individualizado, nas tarefas escolares;
- Abordar assuntos, por vezes sensíveis, referente ao percurso académico, com o intuito de sensibilizar e esclarecer questões.

Na medida em que estas estratégias aplicadas supramencionadas, verifica-se que a metodologia da intervenção praticada na CIJE é, sobretudo sistémica e comunitária. Sistémica, com vista a suprir as problemáticas específicas de cada criança e/ou jovem, tal como das suas respetivas famílias. Comunitária, pela razão do trabalho feito em conjunto com a comunidade, promovendo, desta forma, redes de apoio; a participação ativa da criança ou jovem na comunidade e facilitando, assim como, dinamizando as relações sociais. Isto, em virtude do compromisso que a casa de acolhimento residencial dispõe em assegurar e promover a aquisição de competências pessoais e sociais, a fim de uma gradual autonomização da criança ou jovem. Para que a intervenção e trabalho realizado, pelos profissionais, tenha sucesso na sua

implementação, é fundamental que os planos, de atividades ou individuais, sejam estabelecidos em harmonia com a criança ou jovem, da mesma maneira que a comunidade deve estar envolvida.

Parte III - Prática de Estágio no Contexto

O Estágio Curricular na CIJE decorreu entre 03 de janeiro e 10 de maio de 2022, com um total de 600 horas, o documento da folha de horas de estágio encontra-se no Anexo 1, Anexo 2 e Anexo 3. Importa referir que, no intervalo de tempo entre 05 e 24 de janeiro, o estágio foi suspenso devido à infeção por COVID-19 da estagiária.

Após reunir com as orientadoras, no sentido de uma primeira análise e discussão do contexto e linhas de intervenção, foi elaborado um esboço de proposta de intervenção, para posterior reunião com as orientadoras da ESEV e o supervisor do contexto de estágio. Na reunião com todos os intervenientes (estagiária, profissionais e orientador), foi apresentada a proposta discutida, tendo ficado definido que seria enriquecedor avançar no sentido apresentado, a fim de ter oportunidade de aprofundar o meu conhecimento sobre diversas respostas e especificidades. Neste seguimento, as principais linhas a intervir foram nomeadamente a nível de promoção e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e ocupacionais, com o intuito de, igualmente, estimular a inteligência emocional e a autonomia. Desta forma, ficou definido como data de início de estágio, dia 03 de janeiro de 2022, na CIJE, com a supervisão e acompanhamento do Dr. Filipe Trigo, psicólogo na instituição.

O projeto é assim descrito por Serrano (2008, p.16) “como um plano de trabalho com carácter de proposta que consubstancia os elementos necessários para conseguir alcançar os objetivos desejáveis. Tem como missão prever, orientar, e preparar bem o caminho que se vai fazer, para o seu posterior desenvolvimento”. O relatório de estágio, enquadra-se na classificação de projetos sociais (Forni, 1988; Serrano, 2008), na tipologia que se prende com as situações que se afastam de uma normalidade socialmente definida, implicando inclusive um desvio em relação à normalidade do seu próprio grupo, neste sentido crianças e jovens institucionalizadas. Para a elaboração da parte II do presente relatório, seguiu-se, de forma alargada, o Modelo de Planeamento de Projetos Sociais de Pérez- Serrano (2008), tendo em conta as várias

etapas, Diagnóstico, Planificação, Execução/implementação e Avaliação. Adiante será feita uma exposição, de forma detalhada, as várias etapas do processo.

3.1 Diagnóstico

Segundo Fialho et al. (2015) um diagnóstico implica identificar as necessidades, problemas prioritários e situações atuais, de forma a desenhar a intervenção.

3.1.1 Fundamentação do projeto

No que refere às problemáticas, a literatura tem apontado, no contexto de casas de acolhimento residencial, que algumas situações são transversais afetando de forma geral o sistema, em concreto, originando episódios conflituosos (Oliveira, 2021).

Após várias pesquisas, verifica-se que diversos conflitos são causados pela má gestão da criança ou jovem em relação à frustração e/ou stress (Rocha & Sá, 2022; Soares, 2022). Isto é, a tendência para comportamentos depressivos e/ou agressivos, a falta de interesse no processo educativo/ escolar, levando à abstinência escolar, a prática de bullying entre criança/jovem-criança/jovem ou criança/jovem-adulto, entre outros. Estes conflitos, em simultâneo com a manifestação de emoções menos positivas, viabiliza a episódios bola de neve, por, conseqüentemente, gerarem um novo conflito no próprio momento. A dificuldade da criança ou jovem, assim como a sua incapacidade, em gerir/ lidar com as emoções e/ou sensações, consideradas como negativas, pode provocar comportamento violentos (Vala, 2019) . A ausência de competências de gestão emocional e comportamental está relacionada com a limitação de capacidade em avaliar as situações às quais são expostas (Rodrigues, 2022; Soares, 2022). Assim sendo, o culminar do stress e da frustração, a angústia e, por vezes, a sensação de humilhação, são fatores propícios à exteriorização de comportamentos violentos, por ser a sua melhor forma de se expressar ou regular a emoção no momento.

Não obstante, além das problemáticas supramencionadas, é fulcral referir que o COVID-19 foi igualmente um entrave para o bom funcionamento de uma casa de acolhimento residencial (Esculcas, 2021; Goulart, 2022; Valasques, 2020). Até porque o facto de, principalmente as crianças e/ou jovens, terem que conviver entre si 24/7,

pôde levá-las à exaustão e a sentirem-se enclausuradas, proporcionando o aumento de divergências entre elas, e até mesmo entre criança/jovem-adulto.

Apesar de as problemáticas identificadas afetarem o sistema das casas de acolhimento residencial em geral, a CIJE não é um caso isolado. Por este motivo, é indispensável dar voz às crianças e jovens, para que seja possível construir a sua autonomia e bem-estar, em torno de um conceito positivo, a nível pessoal e social, consoante as necessidades individuais de cada.

Posto isto, os eixos estabelecidos, com o intuito de desenvolver as competências pessoais, sociais e ocupacionais nas crianças e jovens em situação de risco, no contexto de acolhimento residencial, possui uma enorme importância por disseminarem os fatores de risco, tornando-se em fatores de proteção (Carvalho et al., 2019). Desta forma, encoraja as crianças e jovens, a ter novas e melhores perspetivas em relação ao seu futuro, preparando-as para a transição para a vida adulta (Rodrigues, 2022)

3.1.2 Necessidades e problemas

O levantamento das necessidades e problemas, partiu da revisão geral da literatura, de reuniões com supervisor do contexto e com as orientadoras do mestrado onde eram analisadas as principais necessidades identificadas e analisadas as necessidades partilhadas, após recolha prévia do supervisor junto das crianças, jovens e outros profissionais e análise documental (relatórios e planos institucionais). Destacaram-se como principais necessidades: as reduzidas competências pessoais, sociais, emocionais e ocupacionais, orientadas numa perspetiva do presente (tarefas de vida diária; autonomia), mas também a longo prazo.

Em concordância com Zins et al. (2004), a capacitação das competências referidas, é fundamental para lidar com os desafios diários e futuros.

3.2 Planeamento

A etapa de planeamento surge como o “processo estruturado que conduz à identificação de necessidades e problemas, definição de metas e transposição das mesmas para objetivos tendo em vista a intervenção num contexto social e organizacional específico e junto de uma população-alvo determinada” (Capucha, 2008, p. 57).

De um modo geral, o estágio teve como objetivo intervir com as crianças e jovens acolhidas, de modo a promover um conjunto de competências consideradas relevantes para um desenvolvimento saudável, designadamente a nível pessoal, social, emocional e ocupacional, orientadas numa perspetiva do presente (tarefas de vida diária, autonomia), mas também a longo prazo.

Para a realização do planeamento das atividades a realizar no decorrer do estágio curricular foi elaborado o projeto de estágio, tendo, em consideração o plano de atividades da CIJE. Foram definidos seis eixos de intervenção e respetivos objetivos específicos, tendo em conta a revisão da literatura e necessidade detetadas, nomeadamente, a promoção de competências pessoais, a promoção de competências sociais e a promoção de competências ocupacionais, tarefas diárias e de autonomia.

No que concerne à identificação da população-alvo, de forma sucinta, o contexto em que o Projeto foi implementado numa Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco. Tendo capacidade para acolher 20 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 3 e 18 anos do sexo feminino, em situação de risco e perigo como foi descrito anteriormente na Parte II. O presente relatório, aborda o trabalho desenvolvido com o grupo total de crianças e jovens acolhidas.

Quanto ao tipo de metodologia, o projeto orientou-se para um carácter de investigação-ação, na medida que é a mais apropriada para o projeto em questão pois está direcionada para uma metodologia de pesquisa, prática e aplicada que se rege pela necessidade de resolução de problemas reais e inclui todos os intervenientes no processo (Coutinho, 2011).

No que concerne à calendarização, esta já foi previamente apresentada. O estágio decorreu entre 03 de janeiro e 10 de maio de 2022, com um total de 600 horas, nos dias e horários que estão atestados nas folhas de presença que seguem em anexo.

O planeamento e calendarização do trabalho desenvolvido tinha por base o calendário já implementado pela CIJE. Uma vez que, as crianças e jovens têm atividades extracurriculares e outras obrigações, houve sempre a necessidade que o trabalho realizado pela estagiária fosse adaptado consoante a disponibilidade horária e emocional de cada uma. Assim sendo, apesar de as atividades estabelecidas terem o propósito de se implementar, nem sempre era possível cumprir e/ou concretizar o que estava estipulado no plano de atividades ou para o próprio dia. Ainda, o horário habitual

referente à estagiária, regia-se maioritariamente tarde/noite, devido a ser o horário adequado para acompanhar as crianças e jovens.

Relativamente à avaliação, foi mediante a observação direta e diária, em que era devidamente anotada, assim que possível e pertinentemente. Através da observação direta permitiu observar o processo e desenvolvimento das crianças e jovens à qual foi implementada a intervenção. No final do estágio, a avaliação foi pela aplicação, às crianças e jovens, de um questionário de satisfação, possibilitando perceber de que forma a estagiária conseguiu sensibilizar e transformar a vida destas crianças e jovens.

3.3 Implementação

A implementação remete para o desenvolvimento e acompanhamento do projeto (Pérez- Serrano, 2008). Será apresentado com maior pormenor e detalhe os eixos referidos anteriormente e respetivas iniciativas /atividades desenvolvidas.

Importa, ainda, mencionar que as atividades/estratégias de intervenção individuais e grupais, consideraram a disponibilidade das crianças/jovens para a realização das atividades, bem como os espaços e horários mais adequados para o desenvolvimento das mesmas. Desde o anexo 4 ao anexo 10, encontram-se exemplos e respetiva descrição das atividades desenvolvidas em cada eixo.

3.3.1 Eixo 1: Promoção de Competências Pessoais

O Eixo 1, *Promoção de Competências Pessoais*, trabalhou aspetos maioritariamente a nível pessoal (ex: assertividade, perseverança, capacidade de resolução de problemas, gestão de conflitos, gestão do stress, gestão de tempo, planeamento e definição de objetivos, entre outros), de forma a capacitar as crianças/jovens a lidarem melhor com os diversos desafios e situações-problema que enfrentam diariamente, promovendo uma reflexão sobre o modo de se relacionarem consigo mesmo, com os acontecimentos quotidianas, ajudando-as a encontrarem alternativas adequadas a cada situação (Freitas et al., 2011; Valente, 2020).

Deste modo, a maior parte da intervenção realizada, foi num contexto não-formal, assim permitia um momento de partilha leve a confortável para as crianças e jovens.

Assim foram planeadas e realizadas oito dinâmicas, como por exemplo a *Dinâmica da Confiança*; *Frases Motivadoras/Afirmativas*; *Medos*; *Sentimentos Positivos*; *Saltos para o Futuro* e *Experiências de Vida*; *Estratégias de Coping (remeter para os anexos)*. Estas atividades tinham em comum a finalidade de sensibilizar a criança ou jovem sobre as suas situações quotidianas, o seu futuro e acerca de si mesmas, desta forma levando a uma maior reflexão e perspetiva de desenvolvimento e/ou fortalecimento de competências pessoais e indiretamente interpessoais (uma vez que algumas atividades realizaram-se em grupo). Também tiveram como propósito estimular a resolução de conflitos e proporcionar uma melhor gestão do *stress* e frustração. A tabela com as atividades supramencionadas encontram-se no anexo 4.

3.3.2 Eixo 2: Promoção de Competências Sociais

O Eixo 2 referente à *Promoção de Competências Sociais*, remete para capacidade de saber interagir de forma adequada com os mais diversos tipos de pessoas e ambientes de forma positiva. O desenvolvimento destas competências facilita a interação positiva em situações que poderiam ser conflituosas, promove a compreensão adequada das suas próprias atitudes e comportamentos e dos outros, assim como uma melhor reação aos pensamentos e sentimentos dos outros.

Assim foram planeadas e realizadas várias atividades. Destacam-se algumas atividades, nas quais se celebrou datas comemorativas, dando realce ao Dia do Acolhimento, e, ainda, a visita ao Oceanário em Lisboa, a preparação do cabeçudo para o concurso de carnaval, entre outras. Os desafios incutidos através das atividades fazia com que as crianças e jovens saíssem da sua zona de conforto. Obtendo uma perspetiva mais positiva, permitia que as mesmas crescessem e retirassem uma lição.

Estas atividades propiciaram experiências enriquecedoras às crianças e jovens, pois puderam tirar proveito de cada atividade através de um momento reflexivo e o seu envolvimento nas mesmas. Foi importante perceber que sensações, emoções e sentimentos, que certas datas comemorativas despoletavam nas crianças e jovens. Além do mais, no que concerne às atividades no exterior, foi, de igual forma,

fundamental demonstrar como a prestação de cada é crucial na sociedade. Em relação à organização do quotidiano, gestão do tempo e competências instrumentais diárias, foram facultadas de maneira informal no dia-a-dia das crianças e jovens. As estratégias de maneira a estimular as competências sociais remetem para o anexo 5.

3.3.3 Eixo 3: Promoção de Competências Ocupacionais, tarefas diárias e de Autonomia

O Eixo 3 destinado à promoção de competências ocupacionais, tarefas diárias e de autonomia. Neste eixo pretendeu-se facilitar as tarefas diárias e de autonomia que as relações familiares da generalidade das crianças e jovens com percursos de acolhimento não estimulam.

A literatura aponta que défices de autonomia tendem a refletir-se numa maior dificuldade de ajustamento psicossocial, importa promover um conjunto de autonomia ao nível cognitivo (estabelecer objetivos, tomar decisões, responsabilidade), mas também a nível emocional e funcional, para um melhor ajustamento diário, como também futuro.

Uma vez que as instituições, neste caso o contexto de acolhimento residencial, possuem um papel fundamental e transformador na vida destas crianças e jovens em situação de risco, a CIJE desempenhou uma função exemplar no desenvolvimento das competências delineadas nos eixos. Em conformidade com a estagiária, foi possível observar determinadas mudanças, umas mais notórias que outras, no entanto o resultado do trabalho realizado em conjunto foi efetivamente positivo. O facto de a CIJE estabelecer regras de funcionamento, repartir tarefas diárias e responsabilidades, o sentido de trabalho em equipa, estimular a entreajuda, decerto que provoca a diferença no desenvolvimento das referidas competências.

Assim como principal foco, no que compete à realização de tarefas domésticas, foram elaboradas tabelas de distribuição de tarefas e responsabilidade de cada criança e/ou jovem, tendo sempre em consideração a idade de cada uma, tabelas com imagens representativas no anexo 10.

Posto isto, numa primeira instância foi realizado um horário, especificamente direcionado a três jovens, com as quais se pretendeu estimular a gestão do tempo,

gestão financeira e o sentido de responsabilidade perante tarefas domésticas. Além da intervenção direta com estas três jovens, foi implementada uma tabela de responsabilidades por cada grupo, com tarefas domésticas a realizar por cada jovem pertencente ao mesmo.

Tendo como exemplo, a entreaajuda entre as crianças e jovens na realização dos trabalhos de casa, tal como nas tarefas domésticas, tanto dos espaços comuns como dos grupos.

No que concerne à promoção e desenvolvimento de atividades de competências ocupacionais, foram aplicadas atividades mais espontâneas, com artes e pinturas. A título de exemplo, muitas vezes ao final do dia era pedido às crianças e jovens para se expressarem através da arte, da maneira que quisessem e lhes fosse mais confortável de partilhar as suas emoções.

3.3.4 Eixo 4: Colaboração na elaboração de material técnico para a Instituição

Neste eixo, salienta-se a colaboração na elaboração do Manual de Prevenção e Gestão de Maus Tratos em conjunto com a psicóloga da Instituição, a convite da Diretora da CIJE . O principal objetivo do manual em vigor, seria a implementação de um conjunto de determinados critérios, como orientação à atuação dos profissionais, neste caso, da CIJE, aquando confrontados com uma situação de maus-tratos. De forma sucinta, abrange como a articulação e colaboração de todos os colaboradores da CIJE revela-se como premissa básica para que as respostas a dar às crianças e jovens sejam bem sucedidas. Por este motivo, é essencial seguir os critérios, estipulados no manual, por parte de toda a equipa.

O manual fornece, ainda, conceitos básicos de apoio à identificação de situações de perigo, que possam comprometer o desenvolvimento integral e saudável da criança e/ou jovem. Os critérios referidos, tal como os procedimentos integrados no manual, referem-se a situações entre adulto/criança e entre pares. Assim sendo, é feito um investimento no profissionalismo dos colaboradores e na qualidade de intervenção, como de relação entre adulto/criança.

3.3.5 Eixo 5: Trabalho técnico

Relativamente aos objetivos e características gerais do trabalho técnico realizado, teve muito em conta os objetivos gerais de intervenção, assim como as referentes ações/atividades, estabelecidas pela instituição. Desta forma, o trabalho foi ao encontro das expectativas de ambas as partes, devido ao trabalho que foi realizado em conjunto. A tabela dos objetivos gerais de intervenção instituídos pela CIJE encontra-se de forma sucinta no anexo 13.

Assim sendo, os recursos humanos integrantes na realização das diversas iniciativas/atividades desenvolvidas pela estagiária, envolveram a educadora social, a professora e o psicólogo da instituição. Com a Educadora Social, é esperado um trabalho em conjunto, com e para a população pretendida. Por esse motivo, as atividades realizadas foram maioritariamente a nível pedagógico, pessoal, social e ocupacional. A Professora orienta de forma aproximada as crianças e jovens a nível escolar, no que toca à realização dos trabalhos de casa, apoio ao estudo e, ainda, nas atividades que sejam no seguimento do âmbito escolar. Por último, não menos importante o Psicólogo, acompanha a nível da saúde mental, com o intuito de, igualmente, desenvolver a inteligência emocional de cada criança e jovem, tendo sempre em consideração as circunstâncias/histórias de cada caso.

3.4 Avaliação

Denota-se que o método e as técnicas a aplicar, cada um tem a sua função específica, ainda que trabalhassem em conjunto a fim de atingir um resultado e/ou mudança positiva. Primeiramente, o objetivo central da IAP, é o trabalho para a mudança, com o intuito de, neste caso, melhorar as condições de vida das crianças e jovens. A respeito das técnicas aplicadas, isto é, a observação direta e a participação, concretamente, resumiu-se a conversas informais e um inquérito por questionário, no final para avaliação.

Conforme a tabela 1, constata-se algumas observações que foram anotadas ao longo do estágio, onde se observa melhorias nos comportamentos de algumas crianças ou jovens e ainda o processo de aquisição de confiança e à vontade para com a estagiária.

Tabela 1

Tabela de Observações Diretas

Observações diretas	
Semana de 14 de fevereiro a 18	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento de A melhorou notoriamente. • B menos conflituosa. • C anda mais isolada. • D mais controlada. • E mais participativa. • F desabafou comigo acerca do seu melhor amigo. • G aplica diariamente as estratégias de coping.
Semana de 14 de março a 18	<ul style="list-style-type: none"> • E está mais presente e comunicativa. • D, H e I estão cada vez mais confortáveis na minha presença. • C bastante isolada, comportamentos oscilantes. • A estabeleceu uma relação de maior proximidade comigo, menos conflituosa. • B afetiva, ajuda e faz as tarefas domésticas, mais distraída.
Semana de 21 de março a 25	<ul style="list-style-type: none"> • C continua isolada e constantemente ao telemóvel, demonstra estar ausente. • L segue os passos de C, constantemente ao telemóvel. • I passa menos tempo isolada, demonstra gostar da companhia da estagiária. • H pede ajuda na realização dos trabalhos. • D resguarda-se mais na sala da professora. • N apresenta comportamentos depressivos e negativos, muito em baixo e desmotivada.
Semana de 18 de abril a 22	<ul style="list-style-type: none"> • G demonstra ter maior autocontrolo, principalmente no que concerne em fazer birras.

	<ul style="list-style-type: none"> • C e L dão início a muitos conflitos. • D, H e I estabelecem maior relação de confiança e proximidade com a estagiária. • D- abstinência escolar.
--	--

O questionário de avaliação, acerca do trabalho prestado pela estagiária ao longo do estágio, deteve duas seções principais, além das questões de caracterização pessoal. Numa primeira instância, foi feita uma avaliação referente à qualidade das intervenções, contendo onze questões a avaliar de insatisfeita a totalmente satisfeita. De seguida, a avaliação foi em relação à técnica/estagiária, com base em nove questões, seguindo a mesma qualificação, de insatisfeita a totalmente satisfeita. No total, apenas onze crianças e jovens avaliariam a prestação da estagiária, de forma geral obteve-se uma avaliação bastante positiva. Seguidamente será feita uma análise detalhada em relação aos resultados obtidos.

Em relação à amostra, como já foi referido anteriormente, os resultados foram obtidos conforme a resposta de onze crianças e jovens, em que, respeitando a confidencialidade e o anonimato, a questão relativamente ao sexo conteve a opção do “prefiro não responder”, apesar que a casa acolhe apenas crianças e jovens do sexo feminino. Isto porque, 91% respondeu identificar/ser do sexo feminino, correspondendo a 10 crianças/jovem, e 9% assinalou a opção “prefiro não responder”, que corresponde a 1 criança/jovem. O intervalo de idades foi dos 6 anos aos 20 anos, no entanto, a idade que se realça é dos 15 anos, ou seja, grande parte das que responderam tinham 15 anos. De seguida, as idades com mais percentagem são 13 anos e 11 anos, com igual percentagem. Em relação à escolaridade, grande parte da percentagem incidiu-se na escolaridade do 5º ao 6º ano, em que obteve 4 respostas, e de seguida do 7º ao 9º ano, com 3 respostas.

Tabela 2

Tabela de Caracterização Pessoal

Sexo	Idade	Escolaridade
Feminino	6	1º ciclo
Feminino	11	Do 5º ao 6º ano
Feminino	11	Do 5º ao 6º ano

Feminino	13	Do 5º ao 6º ano
Feminino	13	Do 5º ao 6º ano
Prefiro não responder	15	Do 7º ao 9º ano
Feminino	15	Do 7º ao 9º ano
Feminino	15	Do 7º ao 9º ano
Feminino	17	Não se aplica
Feminino	18	Curso profissional
Feminino	20	Não se aplica

A qualidade das intervenções foi avaliada mediante onze questões, nomeadamente: a qualidade das intervenções; a pertinência das intervenções; o tempo disponibilizado para as intervenções; a articulação entre as várias atividades/intervenções; a temática geral das intervenções; os materiais/recursos disponibilizados; os espaços utilizados; as atividades de animação, ocupação e lazer; o planeamento, organização e execução das atividades; a capacidade de ir ao encontro dos interesses e necessidades das crianças/jovens; a capacidade de contribuir para a resolução de problemas do quotidiano das crianças/jovens. Numa análise geral, verifica-se que a avaliação foi maioritariamente totalmente satisfeita, sendo que, por norma, conteve cerca de 7 a 9 respostas na qualificação máxima, em que em seguida a resposta mais frequente foi a muito satisfeita e, por fim, a satisfeita. Ainda que, dando ênfase à questão do tempo disponibilizado para as intervenções, houve uma resposta de pouco satisfeita, como se pode observar na tabela abaixo.

Tabela 3

Tabela de Qualidade das Intervenções

Qualidade das intervenções	4	5	5	5	5	5	5	5	5	4	3
Pertinência das intervenções	4	5	5	5	5	5	5	5	5	4	4
Tempo disponibilizado para as intervenções	4	5	5	5	5	5	5	4	2	4	5
Articulação entre as várias atividades/intervenções	4	5	5	5	5	5	5	4	4	5	5
Temática geral das intervenções	4	5	5	5	5	5	5	4	3	5	5
Materiais/recursos disponibilizados	4	5	5	5	5	5	5	4	3	4	5
Espaços utilizados	5	5	5	5	5	5	5	3	4	5	5
Atividades de animação, ocupação e lazer	4	5	5	5	5	5	5	5	3	5	5

Planeamento, organização e execução das atividades	4	5	5	5	5	5	5	4	4	4	5
capacidade de ir ao encontro dos interesses e necessidades das crianças/jovens	4	5	5	5	5	5	5	4	3	5	5
capacidade de contribuir para a resolução de problemas do quotidiano das crianças/jovens	4	5	5	5	5	5	5	4	4	5	5

Em relação à técnica/estagiária, concretamente quanto à sua prestação, abordou nove questões a qualificar, designadamente: relativamente ao profissionalismo; relativamente à disponibilidade; a participação no planeamento das atividades; participação no planeamento da vida quotidiana da CIJE; o respeito e cumprimento das regras da CIJE; o respeito pela confidencialidade; a capacidade de motivar para as atividades/intervenções; a empatia e envolvimento; a capacidade de gerir conflitos. A avaliação, nesta seção, foi visivelmente mais positiva, em que 10 a 11 crianças/jovens, responderam estar totalmente satisfeitas com a estagiária. As questões relativamente à participação no planeamento das atividades; respeito e cumprimento das regras da CIJE e respeito pela confidencialidade, sobressaem por terem obtido 11 respostas de totalmente satisfeitas. As restantes questões, de igual forma, houve quem respondesse estar muito satisfeita, à exceção da questão relativamente à empatia e envolvimento que obteve 1 satisfeita, sem embargo 10 totalmente satisfeitas. Do mesmo modo, o quadro que representa a estatística em relação à avaliação da técnica/estagiária, a tabela abaixo, possibilita uma melhor análise e observação dos resultados.

Tabela 4

Tabela em Relação à Técnica/Estagiária

Relativamente ao profissionalismo	5	5	5	5	5	5	5	4	5	5	5
Relativamente à disponibilidade	5	5	5	5	5	5	5	4	5	5	5
Participação no planeamento das atividades	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Participação no planeamento da vida quotidiana da CIJE	5	5	5	5	5	5	5	4	5	5	5
Respeito e cumprimento das regras da CIJE	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Respeito pela confidencialidade	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5

Capacidade de motivar para as atividades/intervenções	5	5	5	5	5	5	5	4	5	5	5
Empatia e envolvimento	5	5	5	5	5	5	5	3	5	5	5
Capacidade de gerir conflitos	5	5	5	5	5	5	5	4	5	5	5

Havendo uma questão final, especificamente consistia em avaliar de 1 a 5, o quão satisfeitas estavam com a intervenção/atividades deste estágio, em que todas responderam 5.

Tabela 5

Tabela de Satisfação com a Intervenção/Atividades deste Estágio

Avalie de 1 a 5, o quão satisfeita estás com a intervenção/atividades deste estágio
5
5
5
5
5
5
5
5
5
5
5
5

Arrematando os resultados dos questionários de avaliação em evidência, constata-se que foi, de maneira geral, positiva, uma vez que as qualificações insatisfeita e pouco satisfeita nunca foram selecionadas. Efetivamente, torna evidente que a relação estagiária-criança/jovem, foi desenvolvida de forma harmoniosa, com base na confiança e companheirismo, para uma melhor qualidade na intervenção. Por meio da confiança e companheirismo estabelecido, foi possível realizar um trabalho competente nas necessidades de cada criança e/ou jovem, de tal forma que gerou a mudança na vida das mesmas e/ou nelas próprias.

Conclusão

O presente estágio curricular proporcionou uma experiência bastante enriquecedora, quer a nível profissional, quer a nível pessoal. No que diz respeito à formação profissional, o estágio constituiu um espaço crucial para desenvolver e aplicar conhecimentos, no contacto com uma realidade tão relevante como o contexto de acolhimento residencial e a população de crianças e jovens em risco. Do ponto de vista pessoal, todos os desafios subjacentes ao contacto com a referida população, ao trabalho desenvolvido e a elaboração do relatório final de estágio, revelaram-se imprescindíveis para a aquisição de competências, resiliência e crescimento pessoal.

Numa primeira instância, o enquadramento teórico foi efetivamente fundamental, pela caracterização e definição dos diversos conceitos que constituíram o presente relatório. Após o mesmo, priorizou-se o enquadramento do contexto de estágio, assim como a prática do estágio no contexto.

Os primeiros meses na CIJE foram marcados pela insegurança, devido a este ser o primeiro momento de aplicação das abordagens teóricas, desenvolvidas ao longo do primeiro ano do mestrado, a um contexto prático concreto. Trata-se da primeira experiência com o “mundo real”, em que se reflete acerca de todos os conteúdos já adquiridos, a forma de colocar em prática os mais pertinentes a esta população, assim como a importância de estudar e aprofundar permanentemente as abordagens inerentes a este contexto de atuação.

Uma vez que o estágio decorreu na CIJE, os eixos delineados, tal como os respetivos objetivos, foram de encontro às necessidades identificadas referentes às crianças e jovens com as quais se trabalhou diariamente. Estas necessidades foram definidas proveniente de reuniões com as orientadoras e supervisor da instituição. Por este motivo, priorizou-se a promoção e desenvolvimento das competências pessoais, sociais e ocupacionais. As competências pessoais englobavam concretamente a estimulação da inteligência emocional e as competências de regulação emocional; as competências sociais pretenderam promover ferramentas referentes à vida social, a fim de conseguirem uma integração adequada e ajustada na sociedade; as competências ocupacionais consistiram no desenvolvimento das tarefas diárias, estimulando a responsabilidade e a autonomia nas crianças e jovens. No entanto, as necessidades manifestadas pelos próprios profissionais que constituem a equipa da CIJE, foram

designadamente, a entrada tardia das crianças e jovens no contexto de acolhimento residencial e, ainda, a falta de estímulo, motivação, integração e sucesso escolar, levando ao absentismo escolar.

Tendo em consideração que o estágio teve uma duração, aproximadamente, de seis meses, foi possível implementar diversas estratégias de intervenção, conforme os eixos anteriormente estabelecidos. No decorrer da implementação, foi dada prevalência à intervenção não-formal e informal, pois sendo uma prática que exige confiança e à vontade entre estagiária-criança/jovem, facilitou o progresso para a mudança. Além disso, ocorreu uma crescente percepção da importância de proporcionar uma vivência institucional positiva perante as crianças e jovens que me propunha acompanhar, de forma aproximada. Na presença destas particularidades, surgiu em diversos momentos a interrogação face à minha própria capacidade de dar resposta de forma adequada às necessidades particulares das crianças e jovens da CIJE. Não obstante, com o apoio e aprendizagens partilhadas com os diversos profissionais, com os quais tive a oportunidade de trabalhar, as reuniões de orientação de estágio com o supervisor, bem como o crescente contacto com as crianças e jovens e familiarização com as práticas, promoveram em mim uma progressiva confiança face à minha capacidade de fazer mais e melhor.

Ao longo das atividades de intervenção desenvolvidas, foram inúmeras as competências que adquiri, relativamente às abordagens teóricas e práticas mais adequadas a implementar no contexto de acolhimento residencial. Contudo, aprendi, acima de tudo, a importância de olhar e escutar ativamente a criança ou jovem que se encontra à nossa frente, a considerar as suas necessidades específicas e, conseqüentemente, a premência de as tomar em consideração para implementar seja que tipo de intervenção for. No caso particular de ganhar a confiança e proximidade com as crianças e jovens, foram diversos os desafios que surgiram ao longo de todo o percurso, desde a dificuldade inicial de estabelecer uma relação profissional com as crianças, às necessidades específicas subjacentes a uma intervenção. Com o culminar de todo o acompanhamento, de forma geral, de todas as crianças e jovens, são inúmeras as competências que considero ter adquirido, com a esperança de que me tenha sido possível proporcionar a melhor estratégia de intervenção, tal como me propus e ambicionei fazer.

À semelhança de todas as práticas e intervenções desenvolvidas ao longo do estágio, a participação em *workshops* e *webinars*, permitiram outros momentos de

aprendizagem e partilha, considerados fundamentais para a promoção de competências sociais e profissionais. Ainda, todas as atividades formativas, verificaram-se imperativas para a constante atualização e aprofundamento da temática de crianças e jovens em risco, sensibilizando-me também para a importância de, como técnica de intervenção psicossocial, dar continuidade à minha formação no futuro.

Por conseguinte, com o intuito de perceber o resultado do trabalho desempenhado, assim como das intervenções concretizadas com as crianças e jovens, foi feita uma avaliação através de um questionário de satisfação. Este questionário formou-se, principalmente, em duas grandes partes, à exceção da caracterização da criança ou jovem que respondeu, integrando uma tabela referente à qualidade das intervenções e, numa segunda fase, em relação à técnica/estagiária. De forma geral, a avaliação das crianças e jovens respetivamente à prestação da estagiária, em concordância com os resultados obtidos, foi bastante positivo.

Ao longo do meu percurso enquanto estagiária, nem todos os momentos foram fáceis, na eventualidade de nem sempre atingir as minhas próprias expectativas. Contudo, foram todas essas experiências, boas e menos boas, as dúvidas, medos e inseguranças, e acima de tudo a vontade de os ultrapassar, que contribuíram para a minha evolução. Com o término do estágio, ficam as aprendizagens e memórias vivenciadas ao longo do último ano, no dia-a-dia da instituição, com todos os profissionais e, principalmente, as crianças e jovens. Resta, agora, o desafio de ir embora e deixar aqueles pelos quais me afeiçoei ao longo desta etapa, a quem devo o meu crescimento pessoal e como futura técnica de intervenção psicossocial.

Referências Bibliográficas

- Aguiar, M. (2021). *Projeto de vida e percurso socioeducativo das crianças-jovens em risco institucionalizadas: Estudo de caso num lar de acolhimento em Castelo Branco*. [Master's Project, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco. <http://hdl.handle.net/10400.11/7890>
- Almeida, R. L. (2020). *Chorar (não) resolve: a importância das competências emocionais em idade pré-escolar*. [Master's Project, Escola Superior de Educação Jean Piaget]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/36524>
- Antunes, M. C. P. & Correia, L. F. L. (dezembro, 2016). *Educar para a autonomia de vida: uma interpretação com crianças/jovens institucionalizados*. Repositório Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/51214>
- Baptista, C. O. & Paulino, V. (Eds). (2021). *Educação Física e Desporto em Timor-Leste: Currículos e práticas no desenvolvimento pessoal e social*. ResearchGate. <https://www.researchgate.net/publication/351639076>
- Barradas, N. A. & Marques, C. (2021). Risco e Perigo na Pandemia- Novos Riscos, Velhos Desafios. In C. Magalhães ; M. J. Amante; P. Xavier & S. Fonseca (Eds), *Reflexões em torno da COVID-19: famílias, crianças e jovens em risco* (pp. 4-21). Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu. <https://doi.org/10.34633/978-989-53495-0-0>
- Câmara Municipal de Castelo Branco. (s/d). *Mapa Territorial*. <https://www.cm-castelobranco.pt/municipe/castelo-branco/mapa-territorial/>
- Carvalho, A.; Amann, G. V., & Almeida, C. T. (2019). *Saúde Mental em Saúde Escolar- Manual para a Promoção de Competências Socioemocionais em Meio Escolar*. Direção-Geral da Saúde. https://saudemental.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/12/ManualSaudeMental_PNSM_dez2019.pdf
- CIJE. (2021). *Plano de Atividades*.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Edições Almedina.

- Decreto-Lei n.º 164/2019 da Presidência do Conselho de Ministros (2019). Diário da República n.º 206/2019, Série I de 2019-10-25. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/164-2019-125692191>
- Esculcas, B. C. (2021). *Vivências de Adolescentes em Acolhimento Residencial Durante a Pandemia de COVID-19* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/96503>
- Felizardo, S. (2021). Risco, Vulnerabilidade e Resiliência. In C. Magalhães; P. Xavier & S. Felizardo (Eds), *Intervenção em Situações de Risco e Suporte Social* (pp. 5-9). Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Viseu. http://elearning2021.esev.ipv.pt/pluginfile.php/48765/mod_resource/content/1/ppt1%20-%20Risco%2C%20vulnerabilidade%20e%20resili%C3%Aancia%20%281%29.pdf
- Freitas, E. J. F. L. F.; Simões, M. C. R., & Martins, A. P. L. (2011, setembro 7-9). *Impacto de um Programa de Competências Pessoais e Sociais em Crianças de Risco* [Comunicação Oral]. XI Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, Faculdade de Ciências da Educación Campus de Elviña Universidade da Coruña. <https://hdl.handle.net/1822/16306>
- Fialho, J., Silva, C. A. & Saragoça, J. (2015). *Diagnóstico Social- Teoria, Metodologia e Casos Práticos*. Edições Sílabo, Lda.
- Goulart, S. (2022). Relatório Científico-Profissional de Mestrado em Psicologia: O Impacto da Pandemia Causada pela COVID-19 no Bem-estar das Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial. [Master's Thesis, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação- FPCEUP]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/141912>
- Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Censos 2021- Resultados Provisórios*. https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2021). *CASA 2020- Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/CASA+2020.pdf/b7f02f58-2569-4165-a5ab-bed9efdb2653>
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2003). *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens. Para dirigentes, profissionais, crianças,*

- jovens e familiares*. <https://servicosocial.pt/wp-content/uploads/2015/07/Manual-de-Boas-Pr%C3%A1ticas-Acolhimento-Residencial-das-Crian%C3%A7as-e-Jovens.pdf>
- Jardim, J., & Pereira, A. (2006). *Competências Pessoais e Sociais- Guia Prático para a Mudança Positiva*. (1st ed.). Edições ASA
- Lei n.º 147/99 da Assembleia da República (1999). Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/147-1999-581619>
- Lei n.º 142/2015 da Assembleia da República (2015). Diário da República n.º 175/2015, Série I de 2015-09-08 (pp. 7198-7232). <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/142-2015-70215246>
- Lei n.º 26/2018 da Assembleia da República (2018). Diário da República n.º 128/2018, Série I de 2018-07-05 (pp. 2902-2903). <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/26-2018-115643971>
- Mendes, A. C. M. (2021). *Reconhecimento e autorregulação das emoções nas crianças*. [Master's Thesis, Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/38253>
- Mota, B. S. S. (2020). *A mediação perspetivada por uma abordagem transformativa promotora de competências pessoais e sociais* [Master's Thesis, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/63744>
- Paulo, D. N. M. (2010). *Crianças e Jovens em risco e/ou perigo: a PSP no Sistema de Proteção* [Master's Project, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/32137>
- Pérez-Serrano, G. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais: Casos Práticos*. Porto Editora.
- Oliveira, A. M. C. (2021). Promoção de Competências e Inteligência Emocional em Contexto de Acolhimento Residencial. In C. S. Peixoto & M. S. Oliveira (Eds), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo* (1st ed., pp. 187-196). PACTOR.
- Ramos, T. C. C. B. (2008). *A Intervenção na Criança/Jovem em Risco- Um Percorso a Construir* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/22134>
- Reis, V. J. O. (2009). *Crianças e Jovens em Risco: (Contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco)* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/11781>

- Robertis, C. (2021). *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social*. (2nd ed.). Porto Editora.
- Rocha, C. C., & Sá, S. O. (2022). A inteligência emocional e a importância da compreensão das emoções para as educadoras no desenvolvimento das crianças em idade pré-escolar. *ALTUS CIÊNCIA*, 14, p. 40-67. <http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altusciencia/article/view/24/9>
- Rodrigues, A. (2022). (Re) Construindo Percursos de Vida Através do Desenvolvimento de Competências para uma Futura Emancipação de Jovens Mães: um Trabalho de Projeto [Master's Project, Instituto Superior de Serviço Social do Porto]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/40905>
- Silva, M. A. C. (2019) *Competências pessoais e sociais em contexto escolar* [Master's Thesis, Instituto de Psicologia e Ciências da Educação- ULL]. Repositório das Universidades Lusíadas. <http://hdl.handle.net/11067/4737>
- Soares, I. S. (2022). *A Arte de Recomeçar: A Redefinição dos Mundos Vividos* [Master's Project, Instituto Superior de Serviço Social do Porto]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/41397>
- Tavares, A. (2016, fevereiro 02). Casa da Infância e Juventude de Castelo Branco: Uma História com 150 anos. *Gazeta do Interior*. <https://www.gazetadointerior.pt/noticias/ano-2016/3-de-fevereiro-de-2016/castelo-branco/uma-historia-com-150-anos.aspx>
- UNICEF (2019). *A Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf
- Vala, A. I. T. (2019). *A Intervenção com Adolescentes em Acolhimento Residencial: Emoções e Linguagens Artísticas*. [Master's Project, Instituto Politécnico de Leiria. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais]. Repositório Institucional de Informação Científico do Instituto Politécnico de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/4626>
- Valasques, D., & Santos, H. (2020). Impactos do COVID-19: as visões e experiências de crianças e jovens portugueses em situação de acolhimento residencial. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, 6, p. 58-80. DOI: [10.12957/riae.2020.52242](https://doi.org/10.12957/riae.2020.52242)
- Valente, S. (2020). Competências Socioemocionais na Atividade do Educador Social: Implicações à Inclusão Escolar. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15(3), 2332-2349. <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp3.14441>

Anexo 2 - Folha de Horas de Estágio referente ao mês de Março e Abril



Politécnico de Viseu
Escola Superior de Educação de Viseu
Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2020/2021
Folha de Presença

Local de Estágio Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco (CIJCB)

Aluno(a) Zaira Beatriz Fentão

Mês Junho

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
1/6	16:00 H	23:50 H	Zaira	7h40
2/6	16:10 H	22:30 H	Zaira	6h20
3/6	: H	: H		
4/6	15:20 H	23:30 H	Zaira	8h10
5/6	15:20 H	19:50 H	Zaira	2h30
6/6	18:10 H	23:50 H	Zaira	7h30
9/6	15:20 H	22:15 H	Zaira	6h55
10/6	: H	: H		
12/6	16:00 H	21:15 H	Zaira	5h15
14/6	17:00 H	23:30 H	Zaira	6h30
15/6	17:00 H	23:00 H	Zaira	6h
16/6	: H	: H		
17/6	: H	: H		
20/6	15:20 H	23:00 H	Zaira	7h40
21/6	15:20 H	22:30 H	Zaira	7h10
22/6	15:20 H	22:00 H	Zaira	6h40
23/6	15:20 H	22:00 H	Zaira	6h40
24/6	: H	: H		
25/6	17:00 H	22:00 H	Zaira	5h
28/6	16:30 H	21:00 H	Zaira	4h30
30/6	16:40 H	22:15 H	Zaira	5h35

Supervisor Fátima Inês

Orientador(es) _____



Politécnico de Viseu
Escola Superior de Educação de Viseu
Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2020/2021
Folha de Presença

Local de Estágio Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco (CIJCB)

Aluno(a) Zaira Beatriz Fentão

Mês Abril

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
1/4	14:30 H	22:30 H	Zaira	8h
5/4	14:30 H	23:10 H	Zaira	8h40
5/4	14:25 H	23:10 H	Zaira	2h45
6/4	14:25 H	23:15 H	Zaira	2h50
7/4	14:30 H	23:30 H	Zaira	9h
8/4	14:30 H	22:50 H	Zaira	8h20
11/4	14:30 H	00:00 H	Zaira	9h30
12/4	14:25 H	23:20 H	Zaira	2h55
13/4	14:25 H	23:20 H	Zaira	8h55
14/4	14:30 H	23:45 H	Zaira	9h15
18/4	14:30 H	23:55 H	Zaira	9h25
19/4	14:25 H	23:10 H	Zaira	2h45
20/4	14:30 H	23:55 H	Zaira	9h25
21/4	14:30 H	23:55 H	Zaira	9h25
22/4	14:30 H	23:50 H	Zaira	9h20
26/4	14:30 H	21:50 H	Zaira	7h10
27/4	14:30 H	23:05 H	Zaira	8h35
28/4	14:30 H	23:20 H	Zaira	8h50
/	: H	: H		
/	: H	: H		

Supervisor Fátima Inês

Orientador(es) _____

Anexo 3 - Folha de Horas de Estágio referente ao mês de Maio e Junho



Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2020/2021
Folha de Presença

Local de Estágio Casa de Apoio à Infância e Juventude de Castelo Branco (CAIJC)

Aluno(a) Zaira Beatriz Fontão

Mês Maio

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
3/5	08:10 H	23:20 H	Zaira	15h10
4/5	14:30 H	22:50 H	Zaira	8h10
5/5	14:30 H	22:50 H	Zaira	8h20
6/5	14:30 H	22:50 H	Zaira	8h10
9/5	14:35 H	22:00 H	Zaira	7h25
10/5	14:40 H	23:30 H	Zaira	8h50
11/5	15:00 H	00:00 H	Zaira	8h40
12/5	15:50 H	23:45 H	Zaira	7h55
13/5	15:30 H	23:00 H	Zaira	7h30
16/5	15:00 H	22:30 H	Zaira	7h30
17/5	14:50 H	23:10 H	Zaira	8h20
18/5	16:50 H	23:30 H	Zaira	6h40
19/5	16:05 H	23:25 H	Zaira	7h20
25/5	15:25 H	17:50 H	Zaira	2h25
25/5	15:20 H	22:20 H	Zaira	7h
26/5	15:20 H	23:20 H	Zaira	8h
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		

Supervisor Fátima Inês

Orientador(es) _____



Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2020/2021
Folha de Presença

Local de Estágio Casa de Apoio à Infância e Juventude de Castelo Branco (CAIJC)

Aluno(a) Zaira Beatriz Fontão


Mês Junho

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
1/6	16:00 H	23:50 H	Zaira	7h40
2/6	16:10 H	22:30 H	Zaira	6h20
3/6	: H	: H		
6/6	15:20 H	23:30 H	Zaira	8h10
7/6	15:20 H	19:50 H	Zaira	2h30
8/6	15:10 H	23:40 H	Zaira	7h30
9/6	15:20 H	22:15 H	Zaira	6h55
10/6	: H	: H		
12/6	16:00 H	21:15 H	Zaira	5h15
13/6	17:00 H	23:30 H	Zaira	6h30
15/6	17:00 H	23:00 H	Zaira	6h
16/6	: H	: H		
17/6	: H	: H		
20/6	15:20 H	23:00 H	Zaira	7h40
21/6	15:20 H	22:30 H	Zaira	7h10
22/6	15:20 H	22:00 H	Zaira	6h40
23/6	15:20 H	22:00 H	Zaira	6h40
24/6	: H	: H		
25/6	17:00 H	22:00 H	Zaira	5h
28/6	16:30 H	23:00 H	Zaira	4h30
30/6	16:40 H	22:15 H	Zaira	5h35


Supervisor Fátima Inês

Orientador(es) _____




Anexo 4 – Tabela de atividades de promoção de Competências Pessoais

Promoção de Competências Pessoais				
Dinâmica	Finalidade	Recursos Materiais	Possibilidade de análise	Registo das atividades
Higiene Oral	<ul style="list-style-type: none"> Educar os benefícios da quando se pratica uma higiene oral saudável; Estimular o sentido de responsabilidade e autocuidado. 	<ul style="list-style-type: none"> Material reciclado; Cartão; Eva; Tintas. 	<ul style="list-style-type: none"> Perceber o cuidado necessário que é fundamental ter, no que toca à saúde, neste caso referente à saúde oral; Como a alimentação influencia o estado dos nossos dentes; A importância de lavar os dentes, especialmente após as refeições. 	
Dinâmica da Confiança	Partilhar características de cada participante.	<ul style="list-style-type: none"> Cartolina; Canetas. 	Útil quando há conflitos entre os membros, ou, em contrapartida, para descobrir qualidades nos outros.	
Frases Motivadoras/ Afirmativas	Valorizar as características de cada membro do grupo.	<ul style="list-style-type: none"> Cartolina; Canetas. 	Reflexão inter e intrapessoal.	



Medos	<ul style="list-style-type: none"> • Partilha dos medos dos elementos participantes; • Fomentar a abertura e a comunicação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Papel em pequenos pedaços; • Canetas; • Recipient e. 	<ul style="list-style-type: none"> • A importância de saber que os outros também têm os seus medos; • A utilidade da partilha dos nossos medos e, assim, aprender a lidar com os mesmos; • Estimular a empatia. 	
Sentimentos Positivos	<ul style="list-style-type: none"> • Expressar sentimentos positivos, de carinho e afeto para com uma pessoa; • Vivenciar os problemas relacionados com o dar e o receber afeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Painel; • Material de tinta; • Canetas para escrever. 	<ul style="list-style-type: none"> • Facilita ou dificulta o exprimir o que se sente; • A importância de valorizar o bom em nós próprios, como nos outros, principalmente. 	
Saltos para o Futuro	<ul style="list-style-type: none"> • Ajudar os participantes a partilharem os seus sonhos e projetos; • Discussão de valores que regem a vida de cada um. 	<ul style="list-style-type: none"> • Folhas de papel; • Canetas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Que tipo de prioridades e valores regem a vida? • O que precisamos para de facto sermos felizes? 	



<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Experiências de Vida</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Descobrir o outro e aprofundar as relações interpessoais; • Identificar os fatores que dificultam a interação pessoal; • Remover obstáculos, que distanciam a manifestação de afeto; • Acelerar o processo natural do relacionamento entre os participantes. 	<p>Cartões com as seguintes cores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Azuis; • Brancos; • Amarelos ; • Verdes; • Rosa. <p>Cada cor contém provocações para a partilha.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alguém sentiu que, ao longo da partilha, houve alguma experiência que poderá servir numa eventual oportunidade? • Qual e porquê? • Até que ponto foram alcançados os objetivos propostos inicialmente? • Como se sentiram no início da dinâmica e no final? 	
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Estratégias de Coping</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar ferramentas, de maneira a gerir da melhor forma, situações adversas. • Apoio para lidarem e gerirem o <i>stress</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartolina; • Canetas de cor; • Tesouras. 	<ul style="list-style-type: none"> • A importância de conseguirem gerir as emoções, consideradas como negativas, a frustração, o <i>stress</i>. 	

Anexo 5 – Tabela de atividades de promoção de Competências Sociais

Promoção de Competências Sociais				
Dinâmica	Finalidade	Recursos Materiais	Possibilidade de análise	Registo das atividades
Jogos Tradicionais	Proporcionar um momento de descontração lúdico-pedagógico.	<ul style="list-style-type: none"> • Lenço; • Cadeiras; • Colunas. 	Perceber os conhecimentos das crianças e/ou jovens em relação aos jogos de gerações mais antigas.	
Carnaval	Atividade de trabalhos manuais, que dispôs da ajuda de várias crianças e jovens.	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais reciclados; • Papel de cozinha; • Super cola; • Tecido; • Tintas. 	O entusiasmo de muitas crianças e jovens aquando a comemoração de datas/festas diferentes.	
Dia da Mulher	A importância do Dia da Mulher, com o propósito de criar um mimo para todas as meninas da instituição.	<ul style="list-style-type: none"> • Papel; • Lápis/canetas de cor; • Tesouras. 	Observar os conhecimentos que tinham acerca do dia a celebrar, o porquê da importância da mulher.	 

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Atividade da Ucrânia</p>	<p>Dar a conhecer a situação do mundo, nomeadamente a Guerra contra a Ucrânia. O apoio entre países e da sociedade para quem está numa situação vulnerável.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Papel reciclado; • Tintas; • Tesouras. 	<p>Desenvolvimento e promoção da empatia, mesmo quando é uma situação que não nos afeta diretamente. Constatou-se que as crianças e jovens conseguem perceber a situação frágil na qual se encontrava a Ucrânia e as pessoas provenientes do país.</p>	
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Dia Mundial da Água</p>	<p>O principal objetivo foi chamar à atenção pelo cuidado necessário a ter com os gastos da água e com a poluição.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Papel; • Caixas de cartão; • Tesouras; • Canetas; • Cartolina. 	<p>As crianças e jovens compreendem a situação preocupante que o mundo está a passar, em relação aos recursos naturais, por este motivo a necessidade de poupar e cuidar do nosso planeta está nas mãos do Homem.</p>	

Páscoa	<p>Proporcionar uma atividade lúdico-pedagógica em conjunto com trabalhos manuais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Caixas de cartão; • Tesouras; • Cartolina; • Madeira; • Material de páscoa de anos anteriores. 	<p>O entusiasmo das crianças e jovens pela nova decoração da casa e da comemoração da Páscoa. Observar os conhecimentos que cada uma tinha acerca da intenção de se celebrar a data em questão.</p>	
Dia Mundial da Terra	<p>Consciencializar para a sustentabilidade da terra.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Enxada. 	<p>Estimulação do respeito para com o cuidado que devemos ter com a natureza.</p>	

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Ida a Lisboa ao oceanário</p>	<p>Visitar uma cidade nova. Dar a conhecer o oceanário e os animais pertencentes ao mundo aquático. Oportunidade de estar em contacto com animais diferentes e o seu meio ambiente</p>		<p>Reflexão das novas aprendizagens adquiridas ao longo da visita. As competências sociais e a postura que se deve deter enquanto indivíduo social, principalmente quando se encontram fora da zona de conforto.</p>	
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Dia do Acolhimento</p>	<p>Assinalar a recente data comemorativa referente ao acolhimento residencial. Promoção de uma introspeção profunda.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cartolina; • Lápis/canetas de cor; • Tesouras. 	<p>Perceber e compreender a opinião de cada criança e jovem acerca da sua situação e o motivo pelo qual se encontram no acolhimento residencial.</p>	

Anexo 6 – Horário Geral do Plano Individual de Intervenção das 3 jovens

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
09h00-10h00	Lavagem de automóveis			Lavagem de automóveis	Tempo de autogestão
10h30-11h20					Atividades sociopedagógicas
12h30-14h20	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h20-16h00	Atelier de cozinha		Tempo de gestão financeira		Horta biológica
16h00-17h00	Tarefas de gestão financeira	Atividades sociopedagógicas	Tarefas domésticas-autonomização	Tarefas domésticas-autonomização	
	Atelier de costura		Atividades sociopedagógicas	Tempo de gestão financeira	
17h30-18h30	Tarefa doméstica (autonomia)	Tarefa doméstica (autonomia)	Tarefa doméstica (autonomia)	Tarefa doméstica (autonomia)	Tarefa doméstica (autonomia)
18h30-19h00	Atelier de costura		Tarefas domésticas-autonomização	Atividades sociopedagógicas	

Anexo 7 – Horário individual de promoção de competências ocupacionais, tarefas diárias e autonomia [jovem de 17 anos]

Horários	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira
14h20-16h00			Gestão financeira (autonomia)		Horta biológica (atividade lúdico-pedagógica)
16h00-17h00	Atividade lúdico-pedagógica		Atividade lúdico-pedagógica	Gestão financeira (autonomia)	
17h30-18h30					
18h30-19h00					

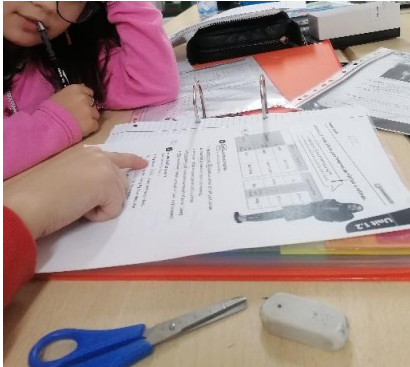
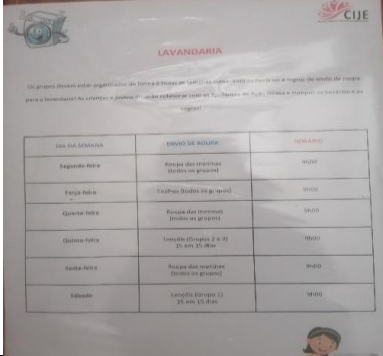

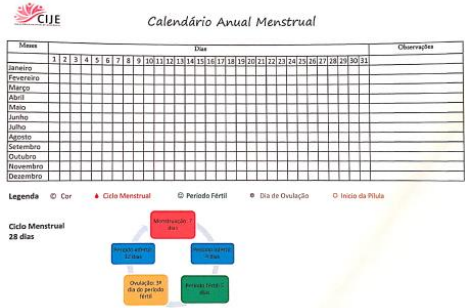
Anexo 8 – Horário individual de promoção de competências ocupacionais, tarefas diárias e autonomia [jovem de 23 anos]

Horários	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira
09h00-10h00				Lavagem de automóveis	
10h30-11h20	Lavagem de automóveis				Atividades sociopedagógicas (competências sociais)
12h30-14h20	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h20-16h00	Atelier de cozinha (autonomia)				Horta biológica (atividade lúdico-pedagógica)
16h00-17h00	Tarefas de gestão financeira (autonomia)			Tarefas de gestão financeira (autonomia)	

Anexo 9 – Horário individual de promoção de competências ocupacionais, tarefas diárias e autonomia [jovem de 18 anos]

Horários	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira
09h00-10h00					Tempo de autogestão (competências pessoais, autonomia, sociais,
10h30-11h20					Atividades sociopedagógicas (competências sociais)
12h30-14h20	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h20-16h00	Atelier de cozinha (autonomia)				Horta biológica (atividade lúdico-pedagógica)
16h00-17h00		Atividade lúdico-pedagógica (competências pessoais e sociais)	Tarefa doméstica (autonomia e sentido de responsabilidade)	Tarefa doméstica (autonomia e sentido de responsabilidade)	
17h30-18h30	Tarefa doméstica (autonomia)	Tarefa doméstica (autonomia)	Tarefa doméstica (autonomia)	Tarefa doméstica (autonomia)	Tarefa doméstica (autonomia)
18h30-19h00			Tarefa doméstica (autonomia)		

Anexo 10 – Tabela de atividades de promoção de Competências Ocupacionais, tarefas diárias e autonomia

Promoção de Competências Ocupacionais, tarefas diárias e autonomia		
Dinâmica	Finalidade	Registo das atividades
Entreajuda na realização dos trabalhos de casa	Estimular a entreajuda entre as crianças e jovens. Promover um ambiente harmonioso. Desenvolver a empatia, sentido de ajuda e responsabilidade.	
Horário da lavandaria	Promoção e gestão da competência de tarefas diárias e de autonomia, tal como de responsabilidade.	
Checklist do verão	Promoção e gestão de autonomia. A <i>checklist</i> presente direcionava aquando a criança e/ou jovem ia para casa e o que precisava de levar na mala. Auxílio para lembrar o que necessitava.	
Calendário anual menstrual	O calendário em vigor pretendia ser uma ferramenta para ajudar a organizar, tanto a jovem como o profissional, a ter noção do ciclo menstrual de cada jovem. Pretendia, igualmente, precaver acidentes sexuais.	

Anexo 11 – Capa do Manual de Prevenção e Gestão de Maus Tratos



MANUAL DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE MAUS TRATOS

VERSÃO 0.0
13.06.2022



Anexo 12 – Tabela dos Objetivos Gerais de Intervenção da CIJE

Objetivos Gerais de Intervenção	Ações / Atividades
<p>Reforçar a participação das crianças e jovens acolhidas na Casa de Acolhimento de Residencial e na tomada de decisão:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar, junto das crianças e jovens, a participação e negociação de soluções sobre assuntos relacionados diretamente com o seu bem-estar institucional e rotinas diárias da Casa de Acolhimento Residencial, contribuindo para a perceção do papel social ativo que desempenham, a sua importância, aumento da confiança e autoestima; • Promover e estimular a participação das crianças e jovens em momentos de reflexão conjunta sobre as rotinas e atividades da Casa de Acolhimento Residencial- assembleias mensais, dinâmicas e atividades de grupo; • Providenciar a integração efetiva das sugestões das crianças e jovens nas rotinas e atividades de vida diária institucionais; • Promover a participação e integração das sugestões das crianças e jovens no seu Plano Socioeducativo Individual; • Promover e estimular a participação das crianças e jovens em atividades lúdico-pedagógicas, dentro e fora da CIJE, que promovam a sociabilidade, o bem-estar e a integração comunitária.
<p>Assegurar a satisfação das necessidades básicas de vestuário, alimentação e higiene das crianças e jovens acolhidas</p>	
<p>Garantir boas condições de saúde: prevenção primária e secundária + Promover comportamentos saudáveis e combater comportamentos de risco + Garantir o bem-estar psicológico das crianças e jovens acolhidas:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as necessidades de saúde e promover o encaminhamento/acesso, transporte e acompanhamento a consultas de clínica geral e de especialidade; • Informar, educar e sensibilizar para a saúde (palestras e dinâmicas de grupo sobre práticas de higiene, alimentação, prevenção de doenças, prevenção de comportamentos aditivos e de risco, sexualidade, planeamento familiar, entre outros considerados necessários); • Promover atividades desportivas e lúdicas nos tempos livres (institucionais e na comunidade);

<p style="text-align: center;">Ação e intervenção psicológica combinada entre crianças, jovens e trabalhadores da Casa de Acolhimento Residencial:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a análise e diagnóstico do ambiente institucional e do suporte social percebido pelas crianças e jovens, relativamente aos trabalhadores da Casa de Acolhimento Residencial, e avaliação da sua real influência na satisfação, saúde e bem-estar das crianças e jovens acolhidas relativamente ao contexto institucional; • Planear, definir e implementar estratégias ou programas de promoção da saúde e bem-estar que permitam a criação de relacionamentos e interações cada vez mais positivas entre as crianças e jovens e crianças, jovens e trabalhadores; • Planear, definir e implementar estratégias interventivas que concorram para a melhoria dos canais comunicacionais entre crianças, jovens e trabalhadores, bem como para a promoção de interações sociais positivas e assertivas; • Implementar métodos e estratégias para as necessidades diagnosticadas como prioridades de intervenção com as crianças e jovens- treino de competências pessoais e sociais: treino de métodos de autorregulação emocional; gestão do stress; experiência e seleção de atividades promotoras de bem-estar; desenvolvimento da autorregulação motivacional; treino da assertividade; normalização, flexibilização e informalidade das relações sociais; promoção da autoconfiança, autonomia e perceção de controlo; promoção da autoestima e autoconceito.
<p style="text-align: center;">Garantir um bom desempenho e interesse no percurso académico:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar em conjunto com a escola Planos Individuais de Trabalho para crianças com Necessidades Educativas Especiais; • Proporcionar apoio pedagógico individualizado na realização das tarefas escolares; • Realização ações de esclarecimento e sensibilização de questões relacionadas com a escola: abandono escolar, absentismo escolar, marginalidade, violência entre pares, etc; • Promover a participação ativa e interesse das crianças e jovens no seu percurso académico e académico/profissional;

	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhar para cursos de formação profissional e ensino superior , conforme expetativas, desejo e capacidades das crianças e jovens acolhidas.
<p>Promover uma relação estável e saudável das crianças e jovens com as suas famílias:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover convívios saudáveis com a família nuclear, família alargada ou famílias amigas, sempre que não exista impedimento legal; • Promover o envolvimento das famílias no Projeto de Vida das crianças e jovens; • Promover dinâmicas familiares funcionais e competências parentais através de programas de intervenção ou encaminhamento para entidades com competência na matéria;
<p>Promover a aquisição de competências pessoais e sociais das crianças e jovens com vista à sua gradual autonomização:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens em atividades específicas, quer com planeamento de nível interno, quer com recurso a parceiros externos: gestão doméstica, gestão financeira, gestão do tempo e das rotinas diárias, promoção de hábitos saudáveis de higiene pessoal e habitacional, preparação para a utilização de serviços, gestão do percurso formativo, gestão da vida profissional, promoção das relações interpessoais, gestão de conflitos, promoção de estilos de vida saudáveis, participação em atividades lúdico-pedagógicas, promoção de competências através da exploração de temas pertinentes e atuais- bullying, sexualidade, nutrição, utilização da internet, perigos das redes sociais, etc; • Treino de competências com supervisão e avaliação de resultados.
<p>Assegurar atividades lúdicas nas interrupções letivas e comemorações especiais do calendário anual + Participação e integração social:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar momentos de alegria e convívio, quebrando a rotina com atividades lúdico-pedagógicas diferentes e que correspondam às expetativas das crianças e jovens; • Alargar o leque de vivências e experiências das crianças e jovens; • Estimular competências pessoais e sociais, cultural geral e exercício da cidadania ativa e participada;

	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e usufruir dos diferentes recursos/serviços da comunidade local; • Promover o conhecimento das tradições, uso e costumes da cidade e região.
<p>Promover a interação entre a Casa de Acolhimento Residencial e entidades onde correm os processos de promoção e proteção das crianças/jovens: CPCJ ou Tribunal de Família e Menores:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar contactos formais e informais com as entidades parceiras do Processo de Promoção e Proteção.
<p>Preparar a desinstitucionalização e pós-acolhimento:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o sucesso da intervenção através da operacionalização das estratégias definidas pela equipa técnica, nomeadamente da avaliação e reavaliação das mesmas em tempo oportuno; • Promover o adequado processo de desinstitucionalização das crianças e jovens acolhidas, suprimindo as situações de risco biopsicossocial; • Prevenir ruturas familiares e mediar a relação estável e saudável entre famílias, crianças e jovens acolhidas em tempo oportuno; • Apoiar no processo de desinstitucionalização e manter contacto com a família, bem como com as crianças e jovens durante um período não inferior a 6 meses; • Encaminhas para serviços comunitários de apoio adequados, sempre que necessário; • Avaliar a capacidade de responsabilização da família no cumprimento das obrigações parentais e reavaliar o Projeto de Vida, em tempo oportuno e sempre que necessário, juntamente com as entidades parceiras do Processo de Promoção e Proteção.

